



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

WILLIAM LUIS LIMA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palmas – TO

2021

WILLIAM LUIS LIMA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do(a) Professor(a) Msc Ingrid Lais de Sena Costa.

Palmas – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586c Silva, William Luis Lima da.
Contabilidade ambiental: um estudo sobre o conhecimento dos profissionais da contabilidade do estado do Tocantins. / William Luis Lima da Silva. – Palmas, TO, 2021.
63 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Contábeis, 2021.
Orientadora : Ingrid Lais de Sena Costa
1. Nível de conhecimento. 2. Contabilidade Ambiental. 3. Sustentabilidade. 4. Profissionais contábeis. I. Título

CDD 657

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WILLIAM LUIS LIMA DA SILVA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS
PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do(a) Professor(a) Msc Ingrid Lais de Sena Costa.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof.(a) Msc. Ingrid Laís de Sena Costa. Orientador(a). UFT

Prof.(a) Msc. Janaína Borges de Almeida. Examinador(a). UFT

Prof.(a) Msc. Marli Terezinha Vieira. Examinador(a). UFT

Dedico esse trabalho a toda minha família, em especial a minha mãe Maria Valdeni que foi o combustível para continuar a caminhada por mais difícil que ela seja. Dedico também a todos que contribuíram para que eu pudesse concluir a graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça de estar vivo e pela sua proteção e conforto nos momentos difíceis que vivemos durante nossa trajetória e principalmente no decorrer da graduação.

À toda minha família, em especial minha mãe Maria Valdeni, que sempre me deu ânimo para seguir em frente mesmo quando já não tinha mais forças para continuar.

À professora Ingrid Lais que aceitou ser minha orientadora nesse trabalho, também as professoras Janaína Borges e Marli Terezinha que aceitaram fazer parte da banca examinadora e a todos os professores que contribuíram para minha formação.

Agradeço também aos profissionais contábeis que contribuíram respondendo ao questionário proposto, sendo peça fundamental na realização desse estudo.

De modo geral, agradeço a todos que de forma direta ou indireta participaram da minha vida acadêmica nesses anos dentro da universidade.

RESUMO

A crescente demanda por informações de caráter ambiental, culminou no surgimento de um novo ramo da ciência contábil, a contabilidade ambiental que veio com o objetivo de evidenciar a relação da organização com o meio ambiente através dos registros e da confecção dos demonstrativos contábeis e relatórios de sustentabilidade. Este trabalho teve como objetivo identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis do estado do Tocantins a respeito dessa área da contabilidade que vem se mostrando muito relevante no cenário atual, para atendimento ao objetivo proposto foi realizado uma pesquisa bibliográfica que buscou conceituar a contabilidade e apresentar suas especificidades, apresentando também vantagens e desafios de sua aplicação dentro das organizações. Quanto a abordagem a pesquisa foi classificada como quantitativa, tendo em vista que se utilizou de instrumentos estatísticos para coleta e tratamento dos dados. A coleta foi realizada através da aplicação de um questionário dividido em duas partes, a primeira procurou identificar o perfil dos respondentes, seu contato e interesse com a contabilidade ambiental e na segunda parte a sua percepção a respeito de seu nível de conhecimento sobre o tema, foi utilizado na segunda parte uma escala *Likert*. Foi evidenciado que apesar de a maioria dos profissionais pesquisados já terem cursado a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental durante a sua graduação o seu nível de conhecimento sobre o assunto ainda se encontra muito baixo. Entretanto a maioria dos profissionais concordam que a contabilidade ambiental é muito importante para desenvolvimento sustentável das organizações e que a mesma se torna muito relevante para o cenário atual.

Palavras-Chave: Nível de conhecimento. Contabilidade Ambiental. Sustentabilidade. Profissionais contábeis.

ABSTRACT

The growing demand for information of an environmental nature, culminated in the emergence of a new branch of accounting science, environmental accounting that came with the objective of highlighting the organization's relationship with the environment through records and the preparation of accounting statements and reports of sustainability. This study aimed to identify the level of knowledge of accounting professionals in the state of Tocantins regarding this area of accounting that has been proving to be very relevant in the current scenario. its specificities, also presenting advantages and challenges of its application within organizations. As for the approach, the research was classified as quantitative, considering that statistical instruments were used for data collection and treatment. The collection was carried out through the application of a questionnaire divided into two parts, the first sought to identify the profile of the respondents, their contact and interest with environmental accounting and in the second part their perception of their level of knowledge on the subject, In the second part, a Likert scale was used. It was evidenced that although most of the professionals surveyed had already studied the discipline of environmental accounting or environmental management during their graduation, their level of knowledge on the subject is still very low. However, most professionals agree that environmental accounting is very important for the sustainable development of organizations and that it becomes very relevant to the current scenario.

Keywords: Level of knowledge. Environmental Accounting. Sustainability. Accounting professionals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI	27
Gráfico 1 - Municípios do Tocantins.....	34
Gráfico 2 - Tempo de atuação	35
Gráfico 3 - Ferramentas de gestão ambiental	38
Gráfico 4 - Nível de conhecimento sobre a NBC T 15	39
Gráfico 5 - Nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social	40
Gráfico 6 - Nível de conhecimento sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental (Resolução CFC N.º 1.288/10)	40
Gráfico 7 - Nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente.	41
Gráfico 8 - Nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos Ativos Ambientais	42
Gráfico 9 - Nível de conhecimento sobre a mensuração de Passivos Ambientais.....	42
Gráfico 10 - Nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas.....	43
Gráfico 11 - Nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono	43
Gráfico 12 - Nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS Ecológico	44
Gráfico 13 - Nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / goodwill)	44
Gráfico 14 - Nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da Norma ISO 14000 (Norma de Certificação Ambiental)	45

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Instituição em que se formou	36
Tabela 2 - Contato dos profissionais com a Contabilidade Ambiental	36
Tabela 3 - Nível de conhecimento sobre relatório integrado e relatório de sustentabilidade (GRI)	46
Quadro 1 - Vantagens da implantação da contabilidade ambiental.....	28
Quadro 2 - Qual sua avaliação a respeito da contribuição da Contabilidade para promoção da sustentabilidade e gestão ambiental dentro das organizações.....	46

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV	Avaliação do Ciclo de Vida
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EA	Estudos Ambientais
EAE	Educação Ambiental Empresarial
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
GRA	Gerenciamento de Riscos Ambientais
GRI	Global Reporting Initiative
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISO	International Organization for Standardization
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RA	Rotulagem Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
S.A	Sociedade Anônima
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa	14
1.4 Estrutura do Trabalho	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Contabilidade ambiental	16
2.1.1 Ativos Ambientais	17
2.1.2 Passivo Ambiental	18
2.1.3 Custos e despesas ambientais	19
2.1.4 Receitas ambientais	20
2.1.5 Notas Explicativas Ambientais	20
2.2 Balanço Social	21
2.3 Legislação ambiental	22
2.3.1 Constituição Federal de 1988	22
2.3.2 Política Nacional do Meio Ambiente	22
2.3.3 Leis de Crimes ambientais	22
2.3.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos	23
2.3.5 ICMS Ecológico	23
2.3.6 Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA)	23
2.4 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	24
2.5 Marketing ambiental	25
2.6 Relatórios de sustentabilidade	26
2.7 Vantagens e dificuldades para implantação da contabilidade ambiental	28
2.7.1 Vantagens da implantação da contabilidade ambiental	28
2.7.2 Dificuldades para implantação da contabilidade ambiental	29
3 METODOLOGIA	31
3.1 Classificação metodológica	31
3.2 População e amostra da Pesquisa	31
3.3 Instrumento de Pesquisa	32
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1 Perfil dos profissionais contábeis alcançados	34
4.2 Nível de conhecimento dos contadores do estado do Tocantins	37

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	58
ANEXO	60

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com meio ambiente começaram a se intensificar a partir dos anos 70, quando da realização da Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente realizado em Estocolmo no ano de 1972, foi um grande passo para conscientização mundial sobre problemas ecológicos. A partir daí, outros encontros foram realizados em prol de discutir assuntos voltados para o bem estar social e a preservação do meio ambiente, dentre eles, destaca-se a RIO-92 ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, da qual os países participantes assumiram um maior compromisso com o assunto. (GARCIA; OLIVEIRA, m2009).

A conscientização ambiental vem crescendo nos últimos tempos, a sociedade está cada dia mais atenta aos impactos ambientais causados pelas atividades operacionais das organizações. Várias áreas tentam contribuir de alguma forma para preservação do meio ambiente e a contabilidade não pode ficar de fora, podendo ela contribuir significativamente através de informações que possibilitem o gerenciamento de tais impactos.

A contabilidade como sendo o principal sistema de informação dentro da organização, precisa ser capaz de atender as necessidades de seus usuários internos e externos que demandam por informações de caráter social e ambiental. (KRAEMER, 2001). No cenário atual várias organizações já elaboram relatórios que demonstram a sua atuação na promoção de um ambiente mais equilibrado entre empresas, meio ambiente e social. Os relatórios de sustentabilidade são exemplos disso, pois são elaborados com a finalidade de prestar contas à sociedade apresentando os investimentos e ações de caráter social e ambiental, dentre eles destaca-se os modelos de relatórios de sustentabilidade seguindo os padrões da *Global Reporting Initiative (GRI)*, é o mais completo, pois segue um padrão internacional para divulgação desse tipo de informação.

Porém, segundo Ribeiro (2012), as informações apresentadas pelas empresas nesses relatórios não são, quase que na totalidade, financeiras, muito poucas são quantitativas. Assim, a contabilidade não estaria cumprindo seu objetivo de refletir os eventos e transações relevantes que afetam a situação patrimonial da entidade, ou se está, o autor afirma não ser possível observar com transparência.

A contabilidade ambiental é “[...] uma importante ferramenta para o fornecimento de informações aos usuários internos e externos à organização, por meio dessas informações, ela auxilia na tomada de decisão e na fixação das políticas ambientais” (BOTH; FISCHER, 2017, p. 49), por tanto, ela deve participar de forma efetiva na elaboração desses relatórios para que

suas informações qualitativas e quantitativas se completarem trazendo mais transparência para as mutações do patrimônio da entidade.

Tais relatórios podem ser utilizados pelas organizações, também como peças de *marketing*, demonstrando a sua conduta para a promoção do bem estar social e ambiental. Tais informações não servem apenas para os donos do capital, mas também para o público externo que pode interferir na imagem e continuidade da empresa, como a parcela da sociedade que convive com os efeitos dos processos operacionais e os consumidores em geral. (RIBEIRO, 2012).

1.1 Problema

Segundo Ribeiro (2012), a geração de informações de responsabilidade socioambiental vem crescendo, em pesquisa realizada no site da *Global Reporting Initiative (GRI)* foi possível verificar a existência de mais de três mil relatórios de sustentabilidade, o número de empresas que o fazem pode ser bem maior, tendo em vista que estes são apenas os que possuem a chancela da entidade. Desses relatórios 122 pertenciam a empresas com sede no Brasil, ainda que o número de empresas brasileiras seja bem modesto, isso representa um passo no processo de conscientização socioambiental. Ainda segundo o autor, empresas que antes alegavam que a função socioambiental era obrigação do governo já começam a aderir em seu cotidiano ações que refletem a sua responsabilidade, pois os recursos utilizados pertencem a coletividade e precisam ser devolvidos em bom estado de conservação.

Tendo em vista esse despertar das organizações por informar suas ações de proteção e preservação, o profissional contábil é a peça principal nesse elo que liga organização, meio ambiente e sociedade, quando as informações por ele geradas se tornam relevantes para o gerenciamento dos impactos ambientais provocados e a redução de emissões. O profissional precisa estar atento as novas exigências dos *stakeholders* sobre essa temática que vem crescendo. Segundo Yamaguchi; Santos; Watanabe (2015, apud FEIL et. al 2017, p. 226), “poucos são os profissionais que conhecem os benefícios da contabilidade ambiental”.

Com o crescimento do número de empresas que despertam interesse em divulgar tais informações, cresce também a oportunidade de a contabilidade atuar na elaboração desses relatórios, que quando feito com qualidade possuem as “[...] condições necessárias para dignificar a classe contábil e todo o social”. (MARTENDAL, 2012, p. 30).

Diante da grande responsabilidade do profissional contábil em elevar o nível desses relatórios e auxiliar o sistema de gerenciamento ambiental da organização, surge o seguinte

questionamento: Qual o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade do Estado do Tocantins sobre a Contabilidade Ambiental?

1.2 Objetivos

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos, o objetivo geral é o que se pretende alcançar ao final deste estudo e os objetivos específicos são os meios utilizados para se alcançar o objetivo geral.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de conhecimento dos profissionais da contabilidade atuantes no Estado do Tocantins acerca da contabilidade ambiental e suas especificidades.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar aspectos conceituais da contabilidade ambiental e suas especificidades;
- Apresentar as vantagens e dificuldades da aplicação das técnicas da contabilidade ambiental dentro das organizações;
- Verificar o conhecimento dos contadores atuantes no Estado do Tocantins referente a contabilidade ambiental por meio da aplicação de questionário estruturado.

1.3 Justificativa

A medida que os problemas ambientais ficam mais evidentes as sociedades, governos e organizações começam a adotar posturas que possam diminuir os impactos provocados em seus processos diários, o governo através de leis que promovem o consumo e destinação de resíduos de forma ambientalmente correta, pressionam as organizações juntamente com os consumidores para que elas adotem também posturas favoráveis a preservação e proteção do meio ambiente, cria-se então um processo de responsabilização mútua, como previsto na Constituição Federal de 1988 em seu art. 225 em que a responsabilidade pela proteção do meio ambiente é da coletividade, ou seja, sociedade, governos e organizações.

Para as organizações cumprirem seu papel no que concerne a responsabilidade social e ambiental, o contador se torna o profissional fundamental para atuar na evidenciação de tais ações, que conforme Sá (2000, apud MARTENDAL, 2011, p. 64), “[...] possui as competências necessárias para contribuir com a preservação ambiental, evolução da sociedade e valorização do homem”. Ele é detentor das informações dentro da organização e pode influenciar positivamente e contribuir para tomada de decisão. O contador precisa ser capaz de evidenciar as mutações do patrimônio ocorridas por fatos de caráter ambiental e também evidenciar através dos demonstrativos contábeis e dos relatórios de sustentabilidade as ações da organização voltadas a preservação do meio ambiente e divulgá-las servindo como prova da responsabilidade social e ambiental.

Tendo em vista essa grande responsabilidade do profissional contábil, é necessário que ele possua conhecimento suficiente para evidenciar tais ações, pois como dito, ele é responsável por gerar informações para tomada de decisão e apresentar a organização para que os interessados na informação, tirem suas conclusões a respeito dela.

Porém o profissional precisa evoluir muito, estudos realizados em alguns estados do país para verificar seu nível de conhecimento sobre a contabilidade ambiental, tiveram resultados que demonstraram o baixo entendimento dos profissionais (MACIEL, 2009; MARTENDAL, 2012; BONATO, 2012; SANTOS, 2014; SILVA, 2014; ORSO, 2015; SILVA, 2016; FEIL et. al., 2017; NOBRE, 2018; RIBEIRO, 2018). A pesquisa em questão, procura verificar se essa tendencia se mantém no estado do Tocantins.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho se divide em quatro partes, sendo a primeira um estudo bibliográfico para levantamento de informações sobre o tema abordado, sendo construído o referencial teórico, do qual se pretende conceituar a contabilidade ambiental e apresentar suas especificidades. A segunda parte consiste no levantamento dos dados através da aplicação de questionário a fim de identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis referente ao tema em questão. A terceira parte é a tratativa e interpretação dos dados coletados e apresentados em forma de gráficos, quadros e tabelas para facilitar seu entendimento. Por fim, a quarta parte que se refere as considerações finais do estudo e sugestões para trabalhos futuros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade ambiental

A contabilidade é uma ciência muito antiga, de acordo com Sá (1997, apud SHMIDT; GASS 2018, p. 81), ela “[...] percorre milênios, participando das diversas modificações sobre o uso das riquezas e dos recursos sobre os meios de registro”. À medida que a sociedade evolui, a contabilidade evolui juntamente com ela para que possa continuar cumprindo seu objetivo de identificar, mensurar e informar os interessados sobre os eventos econômicos que modifiquem ou possam modificar o patrimônio da entidade. (RIBEIRO, 2006 apud MARTENDAL, 2011).

É evidente que nos dias atuais se intensificaram as cobranças por mais responsabilidade organizacional, assim, empresas que atuam de forma ambientalmente responsável possuem maior chance de continuarem as suas atividades, as que não o fazem podem perder espaço para os concorrentes, pois os consumidores começaram a pensar mais na atuação das empresas a respeito de práticas e processos mais sustentáveis. (OTTMAN, 2011).

Partindo dessa premissa, surge a contabilidade ambiental, um novo ramo da ciência contábil, que conforme Garcia e Oliveira (2009, p. 12), passou a ter esse *status* “[...] em fevereiro de 1998, com a finalização do ‘Relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais’, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios”.

A contabilidade ambiental não se trata de uma nova ciência contábil, mas de um conjunto de informações que retratam adequadamente em termos econômicos as ações da entidade sobre o meio ambiente que modifiquem seu patrimônio, esse conjunto de informações não se refere a uma nova contabilidade, mas a uma especialização. (FERREIRA, 2011).

Santos et. al. e Kraemer (2001) define-a como sendo um ramo da contabilidade que se propõe a estudar o patrimônio ambiental (bens direitos e obrigações ambientais) com o objetivo de gerar informações para seus usuários internos e externos, tornando públicas as ações da entidade que possa influenciar o meio ambiente, reconhecendo seus custos, passivos e ativos ambientais (PFITSCHER, 2004).

Os relatórios gerados pela contabilidade ambiental podem auxiliar os gestores na elaboração do planejamento estratégico, serve de parâmetro no gerenciamento da atividade da organização e ainda como prestação de contas aos usuários externos (PAIVA, 2003 apud BONATTO 2012).

Nesse contexto o contador tem um papel fundamental no processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais, realizando esses registros e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados pela empresa. (KRAEMER, 2001).

De acordo com Bergamini Junior (1999), a implementação da contabilidade ambiental não é útil somente para os empresários, mas também porquê se deve aumentar crescentemente a sua utilização por demandas da legislação, dos investidores, dos bancos, do público em geral e do processo de competição global.

Pode parecer fácil entender a contabilidade ambiental suas vantagens e desvantagens para a organização, porém sua aplicação, não é tão fácil assim. Segundo Ribeiro (2012), o processo de atribuição de valor tem sido um grande entrave para o reconhecimento da interação da empresa com o meio ambiental, porque há custos e benefícios, absolutamente, intangíveis: como o bem estar de pessoas ou o odor do ar poluído. Metodologias tem sido proposta para essa questão, como a valoração contingente, que define o valor do recurso natural pelo valor que as pessoas estão dispostas a pagar para tê-lo preservado (MOTTA, 1998).

2.1.1 Ativos Ambientais

Como dito anteriormente, a contabilidade ambiental não se trata de uma nova contabilidade, logo a definição dos elementos contábeis continua a mesma, porém acrescentando a variável ambiental. Segundo o CPC 00 (R2), os ativos se referem a um recurso econômico controlado pela entidade resultante de eventos passados e do qual se espera benefícios econômicos futuros. Um ativo ambiental, também possui essa definição, porém esse recurso gera benefícios ao meio ambiente, sociedade e conseqüentemente a organização.

Para Bergamini Junior (1999), um ativo ambiental se refere a

Um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente. Esse tipo de gasto deve ser capitalizado, na forma de imobilizado ou diferido, se atender aos critérios de reconhecimento como um ativo, para apropriação nos períodos em que gere benefícios econômicos futuros. (BERGMANI JUNIOR 1999, p. 102).

Garcia e Oliveira 2009; Both e Fischer 2017, deixa ainda mais claro a definição de ativo ambiental quando os apresenta como sendo bens adquiridos pela empresa que terão a finalidade de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, ou seja, compreende todos os bens e

direitos destinados à atividade de gerenciamento ambiental, sob forma de capital circulante e capital líquido, são investimentos para minimizar os impactos das operações empresariais.

Kraemer (2001), define ainda como sendo

Estoques de insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc., adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes. (KRAEMER 2001, p.32).

Esses ativos ambientais são todos os investimentos na área ambiental e devem ser classificados em títulos específicos, sendo identificados de forma adequada. (KRAEMER, 2001).

2.1.2 Passivo Ambiental

Para Ferreira (2006, apud MACIEL 2014), os passivos ambientais podem ser obrigações de curto e longo prazo destinados exclusivamente para ações relacionados a extinção ou amenização das obrigações contraídas decorrentes da relação da organização com o meio ambiente. O passivo ambiental pode ser dividido em capital de terceiros e capital próprio. Sendo eles: bancos, funcionários, sociedade, governos, fornecedores, entidade e acionistas.

Os passivos ambientais podem aparecer para organização de forma voluntária, quando ela se propõe a custear ações de conscientização ambiental para sociedade ou de forma involuntária quando da não observação de leis e regulamentos que seu descumprimento gerem o sacrifício de um recurso econômico para sua extinção total ou parcial.

Silva (2009), define-os como sendo

Todas as obrigações, contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigirão, em um momento futuro entrega de ativos, prestação de serviços ou sacrifício de benefícios econômicos, em decorrência de transações ou operações, passadas ou presentes, que envolveram a instituição com o meio ambiente e que acarretaram algum tipo de dano ambiental. (SILVA 2009, p.135).

O reconhecimento do passivo deve ocorrer “[...] quando existir uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda aos critérios de reconhecimento como uma obrigação”. (BRGAMINI JUNIOR 1999, p. 102).

O passivo ambiental é visto como algo negativo para organização, pois representa saídas de recursos econômicos para amenizar ou extinguir obrigações resultantes de impactos gerados ao meio ambiente, como forma de multas ou investimento para recuperação de áreas degradadas pela empresa. Eles podem estar divididos em passivos a) legais, quando constituírem de uma

infração das leis que regulamentam determinada atividade afim de proteção do meio ambiente, b) justas, que se originam da moral ou da ética da empresa e ainda das c) constitutivas, quando relacionadas a ação da organização com a intenção de promover atividades de educação ambiental para comunidade em geral. (PAIVA, 2009 apud MARTENDAL 2012).

2.1.3 Custos e despesas ambientais

Santos (2001), descreve custos e despesas como sendo gastos (consumo de ativos), aplicados de forma direta ou indireta no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo da empresa, a diferença entre custos e despesa é tida apenas pela capacidade de direcionar esse gasto, ou seja, se for um gasto direto é classificado como custo, se indireto é classificado como despesa.

Para Garcia e Oliveira (2009), custos se referem ao consumo de ativos para proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, e que são classificados em função da sua vida útil, ou seja, baseado em características como amortização, depreciação, exaustão e aquisição de insumos que auxiliam no controle à emissão de poluentes. Ainda segundo o autor os gastos são identificados como custo quando utilizados de forma direta, e como despesa quando de forma indireta corroborando com a afirmação de Santos (2001).

Para Bergamini Junior (1999),

Os custos ambientais compreendem os gastos referentes ao gerenciamento, de maneira responsável, dos impactos da atividade empresarial no meio ambiente, assim como outros custos incorridos para atender aos objetivos e exigências ambientais de órgãos de regulação, devendo ser reconhecidos a partir do momento em que forem identificados. (BERGAMINI JUNIOR 1999, p. 102).

De acordo com Ribeiro (2005, apud MACIEL, 2014), “os custos e despesas ambientais são gastos envolvidos direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo, consumido no período de suas atividades ecológicas”.

Flores, Flores e Costa (2017), em seu artigo Contabilidade ambiental: Implantação e implementação no cenário brasileiro, reafirma essa definição quando diz que:

Custos ambientais são consumos de recursos incorridos e reconhecidos pela entidade relacionados ao processo produtivo que tenham por objetivo mitigar e prevenir danos ambientais causados pelas atividades operacionais ou outros consumos vinculados à produção.

Despesa ambiental são gastos gerais que tenham relação com o meio ambiente, realizados no período, e que estejam relacionados especificamente com o processo produtivo da entidade. (FLORES; FLORES; COSTA, 2017, p. 8).

É correto afirmar que a adequada classificação dos custos e despesas ambientais de uma organização são relevantes para continuidade do negócio, pois a classificação errada de

tais fatos contábeis podem trazer distorções nos relatórios gerenciais, influenciando negativamente no momento da tomada de decisão pelos gestores.

2.1.4 Receitas ambientais

As receitas são entendidas como um acréscimo no patrimônio decorrente dos diversos fatos contábeis, como a entrada de dinheiro ou a diminuição de um passivo, causando assim uma variação positiva no patrimônio líquido da entidade. Para se entender que houve uma receita ambiental é preciso que o fato modifique o patrimônio líquido de forma positiva e que seja decorrente de atividades de natureza ambiental.

Andrade, Santos e Cezar (2015), afirma que uma receita ambiental pode ser decorrente da “prestação de serviços na gestão ambiental; venda de produtos a partir de sobras e sucatas, participação no faturamento da parcela que demonstra sua atuação responsável com o meio ambiente”.

Os ganhos para organização são muitos, como visto, a organização que incorpora em seu processo produtivo a responsabilidade socioambiental pode obter vantagens que vão desde a entrada de recursos por comercialização de produtos à base de material reciclado, economizar recursos produtivos quando sua operação trabalha com o uso consciente da matéria prima evitando desperdícios e até mesmo o ganho para imagem da organização. Uma empresa que incorpora uma conduta ambientalmente responsável pode melhorar sua reputação perante seus clientes e até mesmo alcançar novos grupos de consumidores.

Porém o principal objetivo da gestão ambiental não é a geração de lucros como afirma Santos et. al (2001), mas sim desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais.

2.1.5 Notas Explicativas Ambientais

As notas explicativas são utilizadas para complementar as demonstrações contábeis detalhando a operação, explica a transação ocorrida no período e as metodologias utilizadas para se chegar naquele registro.

Segundo Antunes (2000, apud MARTENDAL 2012, p. 31), “as notas explicativas são informações sobre as demonstrações contábeis para as pessoas interessadas, tais como, clientes internos e externos e para toda a sociedade”.

Notas explicativas ambientais são semelhantes as tradicionais, a diferença é que ela se dispõe a explicar a contabilização dos fatos contábeis ambientais, como, os critérios utilizados na mensuração e reconhecimento de diferidos ambientais, custos e despesas ambientais, formas de avaliação e depreciação, todos os critérios utilizados para contabilização da interação da organização com o meio ambiente. (MARTENDAL 2012, p. 31).

Carvalho (2012, apud RIBEIRO 2018, p. 32), destaca que as empresas podem utilizar as notas explicativas para evidenciar os valores poupados decorrentes de recuperação e prevenção dos gastos ambientais.

2.2 Balanço Social

No Brasil o balanço social não é um demonstrativo obrigatório, porém é interessante que as empresas o elaborem para evidenciar a sua responsabilidade social e ambiental, pois com ele a entidade pode mostrar para os usuários internos e externos à organização a sua contribuição para um ambiente equilibrado.

Segundo Martendal (2011), o balanço social demonstra o que a empresa faz por seus profissionais, colaboradores e pela comunidade em geral, dando transparência as atividades que buscam melhorar a qualidade de vida. Tem como função principal a de tornar pública a responsabilidade social empresarial, fortalecendo o vínculo entre empresa meio ambiente e sociedade.

O balanço social é definido como um demonstrativo não obrigatório que vem sendo publicado pelas organizações com intuito de evidenciar as informações de natureza social e ambiental. Sua publicação demonstra a preocupação das empresas com o meio social e ambiental e o desenvolvimento sustentável. (CAVALCANTE et. al. 2017, p. 43, 44).

O CFC aprovou a NBC T 15 através da resolução 1.003/2004, mas como dito no parágrafo anterior a publicação de tais relatórios não são obrigatórias, porém as empresas que publicarem tal demonstrativo, devem seguir as orientações da NBC T 15, onde “estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade”.

A Lei 6.404/76 mais conhecida com a lei das S.A apresenta em seu artigo 176 as demonstrações obrigatórias, dentre elas apenas a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é de cunho social, porém sua obrigatoriedade é apenas para companhias abertas (S.A) deixando facultativo para as demais organizações.

2.3 Legislação ambiental

2.3.1 Constituição Federal de 1988

A constituição federal (CF) de 1988, em seu artigo 225, garante que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Constitucionalmente todos temos direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, assim empresas que agridem o meio ambiente através de seus processos de produção precisam necessariamente investir em tecnologias que diminuam ou eliminem seus impactos, afim de promover um ambiente equilibrado.

2.3.2 Política Nacional do Meio Ambiente

No ano de 1981 foi instituído a Política Nacional do Meio Ambiente da qual, foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), através da Lei 6.938/81 que tem como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

2.3.3 Leis de Crimes ambientais

Com o intuito de combater a degradação do meio ambiente foi instituído a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, mais conhecida como lei de crimes ambientais, que estabelece em seu artigo 2º que qualquer que cometa crimes previstos na referida lei, incorrerá nas penas previstas, na medida da sua culpabilidade, bem como diretores, administradores, mandatários etc. ou qualquer que sabendo da conduta criminosa, deixar de impedir a prática do ato.

A lei de crimes ambientais pune tanto a organização com multas e penalidades, como também a pessoa física responsável pelos atos lesivos ao meio ambiente, ela se torna mais eficiente quando direcionada a pessoa física. A contabilidade e o sistema de gestão ambiental garantem um melhor desempenho da empresa quanto aos aspectos legais e de tomada de decisão, pois através dos demonstrativos contábeis é possível embasar decisões quanto ao planejamento ambiental da empresa e a definição de políticas ambientais.

2.3.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos

A lei 12.305 de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) regulamentada pelo Decreto 7.404/10. A PNRS possui os objetivos de proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, destinação adequada dos resíduos gerados pelas organizações, redução do volume de resíduos perigosos e destinação adequada etc.

Exemplificando os objetivos da PNRS Machado (2012, p. 27) expõe que

Os objetivos da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos são: proteção da saúde pública e da qualidade ambiental e a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Esses são os comportamentos legalmente corretos na gestão dos resíduos sólidos e, portanto, a violação dessas obrigações gerais acarreta a incidência de encargos financeiros aos poluidores. (MACHADO 2012, p. 27).

Todas as organizações que geram resíduos com potencial poluidor precisam atender as exigências da PNRS, encargos decorrentes do descumprimento por parte das empresas podem ser registrados pela contabilidade como passivos ambientais. A implantação do sistema de gestão ambiental dentro da organização é capaz de extinguir tais penalidades, pois atua com foco na observação de exigências ambientais legais e melhora o desempenho da produção garantindo a redução de gastos dentro de todas as áreas da empresa.

2.3.5 ICMS Ecológico

Segundo Matsubara (2017), o ICMS Ecológico surgiu como uma política ambiental para compensar municípios que possuem em seu território áreas protegidas, é uma possibilidade de remunerá-los pela execução de suas políticas de proteção ambiental, entre as quais a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

O ICMS Ecológico é um instrumento utilizado para contemplar os municípios que priorizam ações no sentido da implantação de Políticas Municipais de Meio Ambiente, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, Controle e Combate a Queimadas, Conservação dos Solos e Saneamento Básico e Conservação da Água (SEFAZ, 2007).

O ICMS ecológico não se trata de um novo imposto, mas de um critério para cálculo dos repasses aos municípios, favorecendo aqueles que possuem áreas que proteção ambiental, para manterem a preservação e também investirem em mais ações de conservação ambiental.

2.3.6 Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA)

As organizações consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que possam causar a degradação do meio ambiente precisam da licença ambiental para iniciar suas atividades, para obtenção dessa licença é preciso a apresentação de relatórios, a saber o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) definidos pela resolução CONAMA 237/97. Esses dois relatórios podem ser uteis para identificar potenciais impactos inerentes a atividade e as tratativas para reduzi-los ou até elimina-los, servindo para contabilidade como subsidio para identificação e, talvez, até a mensuração visto que para reduzir ou evitar tais impactos a empresa consumirá recursos físicos, financeiros e humanos. (RIBEIRO, 2012).

2.4 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

O sistema de gestão ambiental (SGA) surge com o objetivo de gerenciar as atividades das organizações afim de minimizar ou eliminar possíveis impactos ao meio ambiente possibilitando uma relação harmoniosa entre organização, social e ambiental.

Segundo Freitas e Oleiro (2011, p. 69), o sistema de gestão ambiental pode ser entendido como “toda ação desenvolvida pela organização com a finalidade de minimizar ou até mesmo eliminar a ação decorrente de suas atividades operacionais que degradem o meio ambiente”.

A implantação do sistema de gestão ambiental é orientada pelas normas elaboradas pela *International Organization for Standardization* (ISO), da série 14000, que reúne organizações de normalização de mais de 100 países do mundo, do qual o Brasil faz parte, representado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (FIESP 2015, p. 5).

Ainda segundo a FIESP, um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é

uma estrutura desenvolvida para auxiliar as organizações, independentemente de seu tipo ou porte, a planejar consistentemente ações, prevenir e controlar impactos significativos sobre o meio ambiente, gerenciar riscos e melhorar continuamente o desempenho ambiental e a produtividade. Além destes aspectos, um SGA permite avaliar e monitorar a conformidade em relação ao atendimento dos requisitos legais. (FIESP 2015, p. 5).

Um sistema de gestão ambiental implantado seguindo as diretrizes da norma ISO 14001, permite a obtenção da certificação por organismo certificador acreditado, para a obtenção dessa certificação a organização precisa ser avaliado por meio de auditorias que atestem o atendimento aos requisitos da norma. As auditorias ambientais são orientadas pelas ISO 14010, 14011 e 14012.

Para implantação do sistema de gestão ambiental a organização precisa ter bem definido sua política ambiental, da qual estabelece compromissos da organização em proteger a biodiversidade e a redução da poluição em seus processos, com o uso eficiente dos recursos (*design*). A certificação pode ser utilizada como forma de *marketing* empresarial, já que atesta sua preocupação em exercer suas atividades de forma a gerar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente, pode ser entendido como uma vantagem perante seus concorrentes de mercado que não possuam tal certificação.

Segundo Backer (1995, apud TEODÓSIO, BARBIERI e CSILLAG 2006, p. 42) “um sistema de gestão ambiental eficiente, precisa articular diferentes áreas da organização, com destaque para os setores de *marketing*, produção, recursos humanos, jurídico e financeiro, de pesquisa e desenvolvimento”.

2.5 Marketing ambiental

A sociedade tem se mostrado mais atenta aos problemas ambientais, e por muitas vezes mudam de hábitos para que de alguma forma possam garantir um ambiente sadio e favorável para a presente e futura geração. As organizações são pressionadas de várias maneiras para que adotem medidas de proteção ambiental, desde governos, através de leis que regulam descartes de resíduos, emissão de gases etc. de instituições financeiras, quanto a obtenção de créditos e nos últimos anos, tem se intensificado a pressão dos consumidores quanto a atuação das empresas.

Desta forma surge a oportunidade de se mostrar aos consumidores como uma empresa responsável através do *marketing* ambiental e garantir uma vantagem perante seus concorrentes, porém a responsabilidade ambiental não pode ser vista apenas como estratégia, mas sim algo muito maior, que é a real conscientização de toda a comunidade empresarial em prol de um objetivo coletivo.

Segundo Guimarães, Viana e Costa (2015, p. 95-96),

O marketing verde, também conhecido como marketing ambiental ou marketing ecológico, é uma modalidade derivado do marketing básico o qual visa atender as necessidades daqueles clientes que possuem um comportamento diferenciado por se preocuparem com medidas sustentáveis e com a natureza.

O *marketing* ambiental tona-se um diferencial para organização obter relevância perante a competitividade acirrada e as exigências do mercado, “[...]assumindo um importante papel ambiental e socialmente responsável perante seus consumidores e a sociedade em que está inserida” (SILVA et. al. 2020, p. 107).

Segundo Terres e Branchi (2013, apud SILVA et. al. 2020),

O crescente uso de ações de sustentabilidade e marketing verde pelas organizações ocorre por motivos como o aspecto legislativo, a fim de cumprir requisitos legais e evitar sanções; também pelo incentivo competitivo, a fim de tornarem-se mais eficientes e reduzir o desperdício; e por motivos éticos, relacionados à preocupação com os seres humanos e a preservação do planeta (TERRES; BRANCHI 2013, apud SILVA et. al. 2020, p. 107).

Para Backer (1995, apud TEODÓSIO; BARBIERI; CSILLAG 2006, p. 42), “cabe ao *marketing* definir e propagar a imagem e a filosofia de posicionamento comercial praticada pela organização, estruturando planos de comunicação interna e externa e ‘vigilância’ de *marketing* relacionados aos valores ambientais da empresa”.

2.6 Relatórios de sustentabilidade

De acordo com Ethos (2006, p. 3), “Relatório de Sustentabilidade é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios” utilizados para descrever os impactos econômicos, sociais e ambientais (*triple bottom line*) da organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial (RSE), balanço social e até mesmo relatórios integrados.

O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta utilizada pelas organizações para demonstrar suas ações e estratégias voltadas a preservação do meio ambiente e qualidade de vida da sociedade, serve como uma forma de prestação de contas perante seus *stakeholders* (MOTTA; MAZZA; OLIVEIRA 2013). Por ser um relatório não obrigatório a maioria das empresas, principalmente as de pequeno porte, não o elaboram.

Com o objetivo de ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma sustentável e auxiliando na promoção da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social nasceu em 1998, onde se propõe a disseminar a prática da responsabilidade social empresarial.

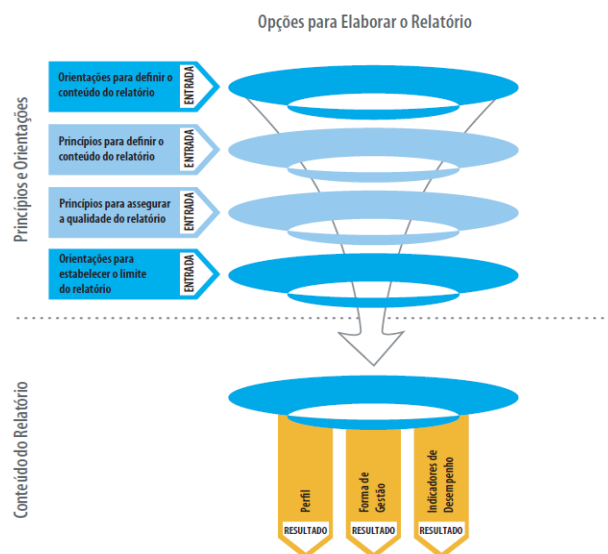
O Instituto Ethos possui indicadores que são utilizados como ferramentas de gestão que objetiva apoiar as empresas na internalização da sustentabilidade social empresarial (RSE) nas suas estratégias de negócio, de modo que se tornem sustentáveis e responsáveis. A ferramenta é composta por um questionário on-line que permite o autodiagnóstico da gestão empresarial e a obtenção de relatórios, que podem ser utilizados no planejamento e gestão das metas para o avanço da sustentabilidade empresarial.

Não existe atualmente um modelo ou padrão obrigatório para geração de relatórios de sustentabilidade, porém existem vários modelos que podem ser utilizados pelas organizações, ou ainda, ela pode utilizar um modelo próprio.

Os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI), para elaboração dos relatórios de sustentabilidade permitem à organização informar seus *stakeholders* sobre suas responsabilidades de forma a atingir toda comunidade global, dando para ela maior visibilidade, por se tratar de um modelo aceito internacionalmente. Para compor a estrutura dos relatórios da GRI são realizadas várias etapas desde de ouvir os principais interessados na informação como empresas, investidores, trabalhadores, sociedade civil, contadores e comunidade científica, entre outros, para se chegar a um consenso e estão sujeitos a testes e melhoria continua. (ETHOS, 2006).

A estrutura do relatório GRI visa servir de modelo para todas as empresas independentemente de seu porte, setor ou localidade. As diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI consiste em princípios para definição do conteúdo e a qualidade das informações que o irão compor o relatório.

Figura 1 - Diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI



Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006)

Como demonstra a Figura 1, a primeira parte para elaboração do relatório de sustentabilidade são os princípios e orientações, nela estão contidas as diretrizes para se determinar como serão relatadas as informações. Na segunda parte traz o conteúdo que deve ser incluído no relatório de sustentabilidade a saber, o perfil, a forma de gestão e indicadores de desempenho. As diretrizes identificam as informações relevantes e essenciais a maioria das organizações para que componham o relatório.

2.7 Vantagens e dificuldades para implantação da contabilidade ambiental

2.7.1 Vantagens da implantação da contabilidade ambiental

De acordo com site J. F. Granja Contabilidade (2020), os principais benefícios da implantação da contabilidade ambiental podem ser enumerados conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Vantagens da implantação da contabilidade ambiental

Vantagens	Detalhamento
Controle dos impactos gerados pelas ações da entidade.	A aplicação das técnicas da contabilidade ambiental garante uma visão ampla do negócio aos gestores, auxiliando-os na tomada de decisões mais assertivas, garantindo assim a harmonia entre os pilares da sustentabilidade. Social, econômico e ambiental.
Padronização dos processos	Com sua aplicação é possível padronizar processos que facilitam a elaboração de indicadores de sustentabilidade capazes de levar informações precisas aos seus <i>stakeholders</i> .
Redução de custos	O mapeamento das atividades da organização garante a melhor alocação de recursos, máxima eficiência de produção garantindo assim a redução dos desperdícios como o consumo de água e energia. E ainda podendo gerar lucros com a comercialização de materiais a base de sobras de produção (reciclagem).
Aumento da Transparência organizacional	Com a implantação da contabilidade ambiental a organização passa a possuir informações importantes e precisas para elaboração de relatório integrado com a finalidade de informar aos interessados a respeito das ações desempenhadas pela empresa que garantem sua contribuição para o bem-estar social e ambiental.
Melhoria da imagem da organização	Com a divulgação de relatórios integrados e de sustentabilidade ou a elaboração de balanço ambiental criados com a base de dados gerados pela contabilidade ambiental, garante mais transparência da gestão e conseqüentemente melhoram a imagem da empresa perante seus clientes, empregados, bancos, investidores e etc.

Fonte: Adaptado de J. F. Granja Contabilidade (2020)

Como mostrado no quadro 1, existem vários benefícios para implantação da contabilidade ambiental nas organizações, não sendo, toda via limitado aos listados no quadro, sabe-se que é possível obter outros benefícios de sua aplicação, como por exemplo a vantagem competitiva frente aos seus concorrentes e também a diminuição da ocorrência de infrações ambientais, pois a implantação da contabilidade ambiental trabalhando harmonicamente com sistema de gestão ambiental garantem a máxima eficiência no cumprimento de tais leis, somado a isso, a empresa ainda pode agregar valor aos seus produtos.

Ferreira (2011), acrescenta ainda que a contabilidade ambiental e a gestão ambiental podem trazer benefícios como aumento da produção e vendas, acesso a mercado específico de produtos e empresas que atestem a preocupação com meio ambiente, ausência de multas, a não

incorrência de riscos em indenizações a terceiros entre outros que envolvem problemas ambientais. Ainda segundo o autor esses benefícios podem ser percebidos tanto pela empresa quanto pela sociedade, melhorando assim a imagem da organização.

Mendes (2010) corrobora essa afirmação ao dizer que uma melhor gestão dos custos ambientais dentro das organizações pode resultar em benefícios como um melhor desempenho ambiental o que significa avanços para saúde humana e mais uma vez, a melhoria na imagem organizacional. Ainda segundo o autor a contabilidade ambiental pode ser considerado um importante instrumento de gestão por facilitar a integração da vertente ambiental na estratégia e tomada de decisão da empresa.

2.7.2 Dificuldades para implantação da contabilidade ambiental

Segundo Silva (2009) a contabilidade ambiental só existirá se as empresas quiserem, pois a sua aplicação não é obrigatória como no caso da contabilidade financeira (tradicional). Analisando essa afirmação é possível perceber que a sua implantação só ocorre em organizações que já perceberam o real benefício da sua utilização e vendo que é possível gerar lucros e agir de forma sustentável.

Porém a aplicação da contabilidade ambiental juntamente com sistema de gestão ambiental pode ser vista como uma desvantagem por algumas empresas, principalmente para as que possuem um alto potencial de degradação do meio ambiente. Isso porque a transparência, ao mesmo tempo que traz benefícios, pode também trazer complicações para organização, tendo em vista que a divulgação de informações aos interessados não se limita apenas aos benefícios gerados pela entidade, mas também dos impactos causados ao meio social e ambiental devido a sua operação, informações estas que podem desagradar ao público externo.

Outro fator importante que pode dificultar a implantação da contabilidade ambiental e do sistema de gestão ambiental é a geração de custos a curto prazo e a visualização efetiva dos benefícios para empresa a longo prazo, o que pode ser visto pelos gestores como um desperdício de recursos para organização, tendo em vista que o principal objetivo de uma organização é gerar lucros para seus acionistas.

Segundo Mendes (2010), na questão ambiental a forma de contabilização, indicadores, tributação, valoração e etc. ainda se encontram longe de uma padronização, isso traz dificuldades na análise, pois torna-se difícil a sua comparação. Ainda segundo o autor a

contabilidade foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, isso ao mesmo tempo que trouxe algumas contribuições para contabilidade também acaba limitando a sua evolução na adoção prática de princípios contábeis voltados para questão ambiental.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação metodológica

Com base nos objetivos apresentados, pode-se classificar essa pesquisa como sendo exploratório-descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória objetiva proporcionar uma maior familiaridade com o problema para torná-lo mais claro e possibilitar o levantamento de hipóteses. Esse tipo de pesquisa pode envolver o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema e análise de exemplos que auxiliam na compreensão. Já a pesquisa descritiva consiste em descrever características de uma determinada população com a utilização de técnicas de coleta de dados, tais como a aplicação de questionários (GIL, 2002).

A pesquisa foi classificada como sendo bibliográfica e de levantamento com base nas técnicas aplicadas para coleta de dados. A pesquisa bibliográfica se refere a busca por informações sobre o assunto pesquisando em materiais como livros e artigos científicos (GIL, 2002). Para elaboração do referencial teórico deste trabalho foi utilizado, quase que na totalidade, artigos científicos, monografias publicadas sobre o assunto e pesquisas na internet. Quanto ao levantamento (*survey*), Prodanov e Freitas (2013, p. 57), descreve-a como sendo o “[...] tipo de pesquisa que ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário”. De acordo com Meneses et. al. (2019, p. 40), a pesquisa de levantamento “é o tipo de pesquisa que visa investigar algo que se pretende conhecer de uma determinada população. Nessa modalidade de pesquisa, define-se um problema e, a partir dele, criam-se meios de gerar informações” para após coleta e análise dos dados se chegar à uma conclusão.

Quanto a abordagem da pesquisa, pode-se classificá-la como quantitativa. A abordagem quantitativa refere-se à utilização de ferramentas para levantamento dos dados e um tratamento estatístico desses, a exemplo da utilização de questionário para quantificação das características da população pesquisada, ela “[...] procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos” (ZANELLA, 2013, p. 35).

3.2 População e amostra da Pesquisa

A população se refere ao número total de uma classe (GIL, 2002). Prodanov e Freitas (2013) descreve a população como o universo da pesquisa, é a totalidade dos indivíduos que

possuem as mesmas características definidas para o estudo. Ainda segundo os autores, a amostra se refere a uma parcela da população selecionada de acordo com alguns critérios para ser objeto de estudo, “[...] visto que a pesquisa tem por objetivo generalizar os resultados obtidos para a população [...]” (GIL 2002, p. 98). No caso dessa pesquisa a população estudada foram os profissionais da contabilidade que atuam no estado do Tocantins alcançados pela pesquisa, e a amostra são os profissionais que responderam ao questionário enviado por meio eletrônico e os entrevistados pessoalmente ou por telefone pelo pesquisador.

3.3 Instrumento de Pesquisa

Para captação e tratamento dos dados da pesquisa foi realizada a aplicação de questionário dividido em duas partes, a primeira é composta por nove (9) questões com a finalidade de conhecer o perfil dos entrevistados e seu interesse na contabilidade ambiental e na segunda parte mais doze (12) questões no formato de escala *likert* de cinco pontos para avaliar o nível de conhecimento do profissional sobre a contabilidade ambiental indo de () insuficiente a () excelente o conhecimento sobre o tema e ainda uma questão em aberto onde o profissional pôde avaliar a contribuição da contabilidade ambiental para promoção da sustentabilidade empresarial.

Para a divulgação da pesquisa aos contadores atuantes no estado do Tocantins foi encaminhado a solicitação para o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) solicitando o apoio na divulgação aos profissionais, porém não se obteve resposta do conselho, reduzindo assim o alcance da pesquisa. A escolha dos participantes seguiu então o critério de acessibilidade e a abordagem passou a ser por meio de entrevistas via telefone e através da disponibilização de um link do google forms do qual o profissional pôde acessar e responder ao questionário. Os dados de contato foram obtidos através de pesquisas por escritórios contábeis na internet e por indicações, além do encaminhamento do link da pesquisa, também foram feitas ligações para escritórios contábeis com o intuito de se obter o máximo de participantes possível.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) atualmente o estado do Tocantins possui um total de 2.772 profissionais ativos que consiste no universo da pesquisa. Os alcançados pelo pesquisador foram cerca de 208 profissionais distribuídos entre alguns municípios do estado, os formulários que retornaram respondidos somam 37, ou seja 18% do total de questionários disponibilizados. Os municípios alcançados foram Palmas, Araguaína, Gurupi, Colinas do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Wanderlândia, Riachinho, Augustinópolis,

Miracema do Tocantins, Porto Nacional e Santa Terezinha do Tocantins. A coleta dos dados foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2021 e o tratamento destes também no mês de novembro. Para participação do profissional na pesquisa foi obedecido apenas aos critérios de graduação em Ciências Contábeis e está atuando independente da área que ocupe em empresas ou escritórios contábeis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo do trabalho destina-se a apresentação dos resultados obtidos por meio da análise das respostas dos questionários enviados aos profissionais contábeis do estado do Tocantins, bem como sua interpretação a respeito do perfil dos profissionais, seu contato com a contabilidade ambiental, seu interesse nesse ramo da contabilidade, seus conhecimentos a respeito do tema e suas considerações sobre a importância e contribuição para uma empresa com responsabilidade socioambiental.

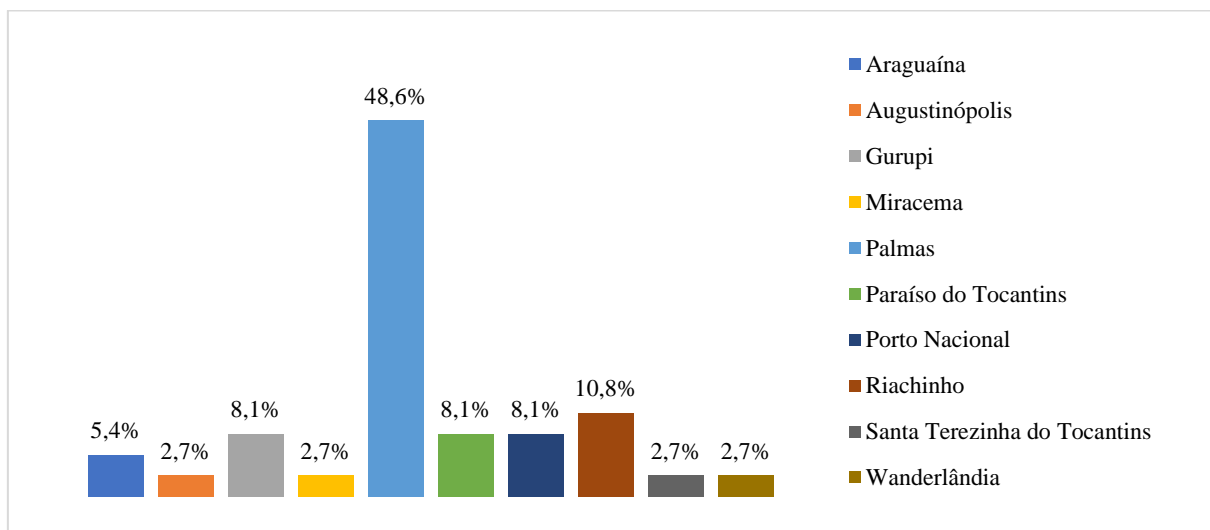
4.1 Perfil dos profissionais contábeis alcançados

Nesse tópico são trazidas características dos respondentes que fizeram parte da amostra. Dos profissionais alcançados pelo estudo 56,8% são do sexo masculino e 43,2% feminino. Segundo site do CFC cerca de 55% dos profissionais registrados no estado do Tocantins são masculinos e 45% femininos, comparando-se as duas informações é possível perceber que a pesquisa alcançou uma proporção semelhante na questão de distinção dos profissionais quanto ao sexo.

Com relação a idade, cerca de 43% de profissionais possuíam de 20 a 30 anos, 30% de 31 a 40 anos, 24% de 41 a 50 anos e apenas 3% com idade superior a 50 anos.

A distribuição dos profissionais pelos municípios alcançados pela pesquisa segue conforme Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Municípios do Tocantins



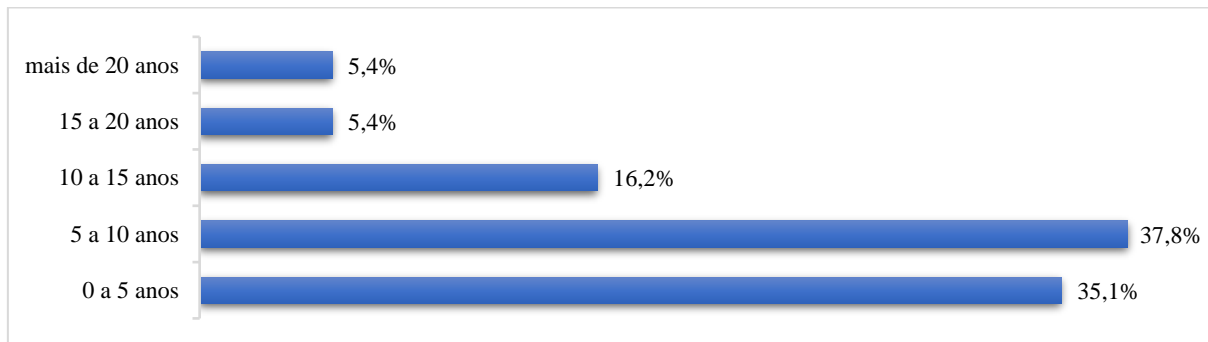
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando o Gráfico 1 pode-se observar que o maior número de profissionais que responderam a pesquisa se concentra no município de Palmas com 48,6% do total. Em seguida os municípios de Riachinho com 10,8%, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional ambos com 8,1%, Araguaína com 5,4% e demais municípios com 10,8% do total de respondentes.

Como o critério para seleção dos respondentes passou a ser por questões de acessibilidade do pesquisador, a pesquisa se concentrou mais no município de Palmas, porém foram disponibilizados questionários para várias cidades do estado, apresentou-se no Gráfico 1 apenas os que retornaram respondidos.

Apresenta-se no Gráfico 2 a seguir as informações relacionadas ao tempo de atuação dos profissionais pesquisados.

Gráfico 2 - Tempo de atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que o maior número de profissionais contábeis alcançados pela pesquisa, se concentram no tempo de atuação de 0 a 5 anos e de 5 a 10 anos totalizando 27 profissionais, um percentual de 72,9%. Já de 10 a 15 anos e de 15 a 20 anos totalizam um percentual de 21,6%, profissionais com mais de 20 anos de atuação representam apenas 5,4% dos entrevistados. Nota-se que a maior parte são profissionais participantes possuem pouco tempo de atuação. Quanto ao ano de conclusão da graduação, 42,2% concluíram entre os anos de 2016 a 2021, 32,4% concluíram entre 2010 e 2015, e apenas 24,3% concluíram entre os anos de 2005 e 2010, entende-se que a pesquisa se concentrou mais em contadores com pouco tempo de formação e conseqüentemente pouco tempo de atuação.

Os contadores também foram indagados sobre que tipo de instituição que cursaram a graduação, se instituição pública ou particular, apresentamos os dados obtidos para essa questão na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Instituição em que se formou

PERGUNTA	RESPOSTAS
Formou-se em instituição de ensino:	37,8% em instituição Pública
	62,2% em instituição Particular

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 1 apresenta-se o percentual de contadores graduados por instituição de ensino pública ou particular, percebe-se que a maioria dos profissionais cursaram a graduação em instituições de ensino particular (62,2%), no Tocantins são várias as instituições particulares que oferecem o curso de Ciências Contábeis tanto no formato presencial quanto ensino a distância (EAD).

Os profissionais também foram indagados se durante a graduação cursaram a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental, se já participaram de eventos como palestras, seminários, congressos e etc. voltados para contabilidade ambiental e também se tiveram contato com algum material (jornais, revistas, livros e etc.) voltados para o tema, a Tabela 2 a seguir mostra as respostas obtidas para essas questões.

Tabela 2 - Contato dos profissionais com a Contabilidade Ambiental

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
Cursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental durante a graduação?	SIM	75,7%
	NÃO	24,3%
Já participou de eventos, como palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental?	SIM	37,8%
	NÃO	62,2%
Já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, jornais e etc. na área de contabilidade ambiental?	SIM	56,8%
	NÃO	43,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando a Tabela 2 temos as informações quanto ao contato do profissional contábil com a contabilidade ambiental. Na primeira pergunta 75,7% dos profissionais afirmaram já ter cursado a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental e apenas 24,3% afirmaram não ter cursado. Pôde-se observar que a maioria das instituições de ensino superior que oferecem o curso já perceberam a real importância do tema e oferecem a disciplina como obrigatória ou optativa, um exemplo de instituição que oferece a disciplina como obrigatória é a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que possui na ementa do curso a disciplina de Contabilidade Ambiental e Balanço social.

Quanto a participação em eventos com a temática ambiental, apenas 37,8% dos profissionais já participaram de tais eventos, porém comparando com o percentual de quem já cursou pode-se entender essa grande diferença com duas possibilidades, a primeira é que atualmente ainda existem poucos eventos voltado para o tema ou que o interesse dos profissionais na contabilidade ambiental ainda se encontra baixo.

Já quanto ao contato do profissional com materiais sobre contabilidade ambiental ou responsabilidade social, têm-se 56,8% de afirmação de que já tiveram contato e 43,2% afirmaram não ter tido contato algum com o tema. Percebe-se que uma boa parte dos entrevistados tiveram contato com o tema apenas durante a graduação e que o falta de materiais e o interesse dos profissionais são os pontos mais relevantes levantados nessas três questões.

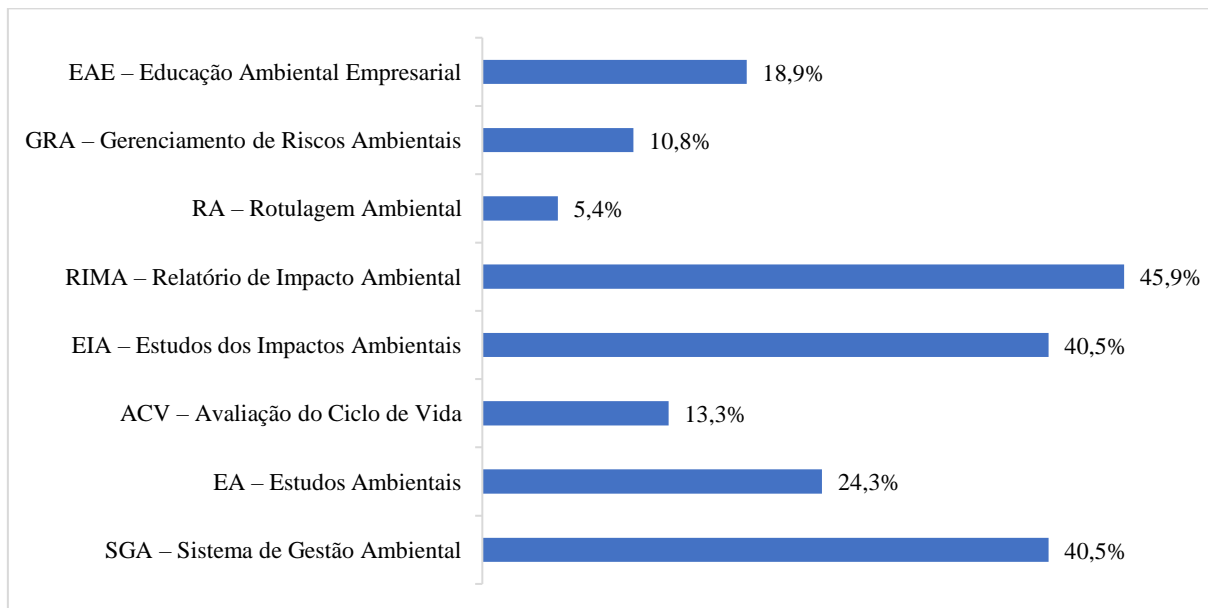
Comparando-se os resultados obtidos nessa primeira parte do questionário com outros estudos já realizado, observa-se que o número de profissionais contábeis do estado do Tocantins que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental durante a graduação é muito maior do que os apresentados em estudos realizados em outras regiões do país, como a pesquisa de Martendal (2012) e Nobre (2018) realizadas na Grande Florianópolis e na região do Cone Sul de Rondônia respectivamente. Já os dados encontrados sobre o interesse dos profissionais contábeis na participação de eventos e contato com materiais sobre o tema foram bem semelhantes aos estudos citados.

4.2 Nível de conhecimento dos contadores do estado do Tocantins

Dentro das organizações ou até mesmo em escritórios que prestam serviços a empresas socialmente responsáveis os profissionais precisam garantir que as informações contábeis geradas serão uteis para a tomada de decisão e que sejam claras para os *stakeholders* oferecendo suporte para continuidade das empresas. A contabilidade aliada a gestão ambiental dentro da organização abre caminho para uma relação harmoniosa entre empresa, meio ambiente e sociedade, assim se faz necessário que a interdisciplinaridade dentro da empresa garanta um desempenho operacional em observação aos princípios de responsabilidade socioambiental.

A primeira pergunta da segunda etapa do questionário teve o intuito de identificar quais ferramentas de gestão ambiental os profissionais conhecem, não foi evidenciado o nível de conhecimento sobre as ferramentas, o intuito foi apenas saber se o profissional já conhecia alguma delas. No Gráfico 3 a seguir apresenta-se quais ferramentas são mais conhecidas pela contadores do estado do Tocantins.

Gráfico 3 - Ferramentas de gestão ambiental



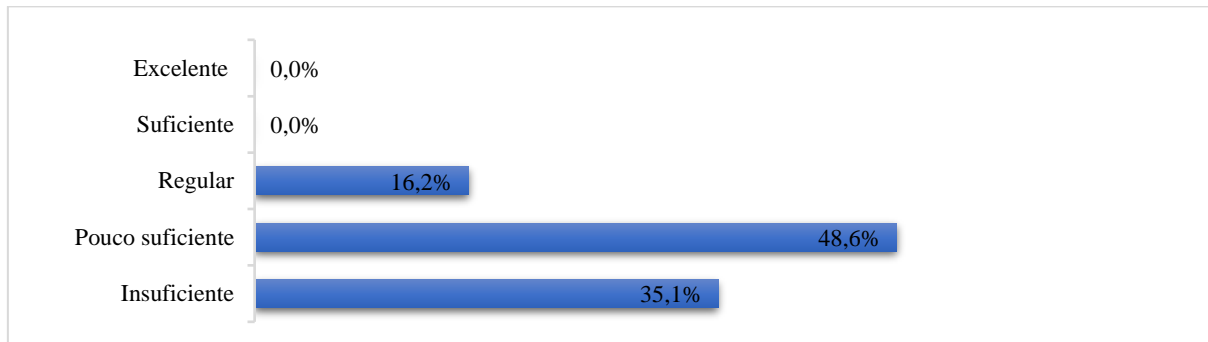
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme Gráfico 3 as ferramentas de gestão ambiental mais conhecidas pelos contadores do Tocantins são SGA, EIA e RIMA com 40,5%, 40,5% e 45,9% respectivamente. Vale ressaltar que para empresas que possuam potencial poluidor em suas operações os estudos de impactos ambientais (EIA) e relatório de impacto ambiental (RIMA) são obrigatórios, tais relatórios também podem ser utilizados pela contabilidade para subsidiar registros contábeis de caráter ambiental, por esse motivo essas ferramentas possuem maior nível de conhecimento dos contadores.

Todas as ferramentas propostas possuem um percentual de contadores que a conhecem isso pode ser explicado pelo fato da maioria dos profissionais terem cursado a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental durante a formação. Destaca-se também que a ferramenta rotulagem ambiental (RA) possui menor conhecimento por parte dos profissionais, de acordo com Moura (2013) a rotulagem ambiental “[...] é um instrumento econômico e de comunicação, visto que busca difundir informações que alterem positivamente padrões de produção e consumo”, gerando assim um aumento na conscientização dos produtores e consumidores para utilização dos recursos de forma consciente.

A próxima pergunta proposta aos contadores foi relacionada ao nível de conhecimento sobre a NBC T 15 Informações de natureza social e ambiental. Apresenta-se os dados obtidos no Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 - Nível de conhecimento sobre a NBC T 15

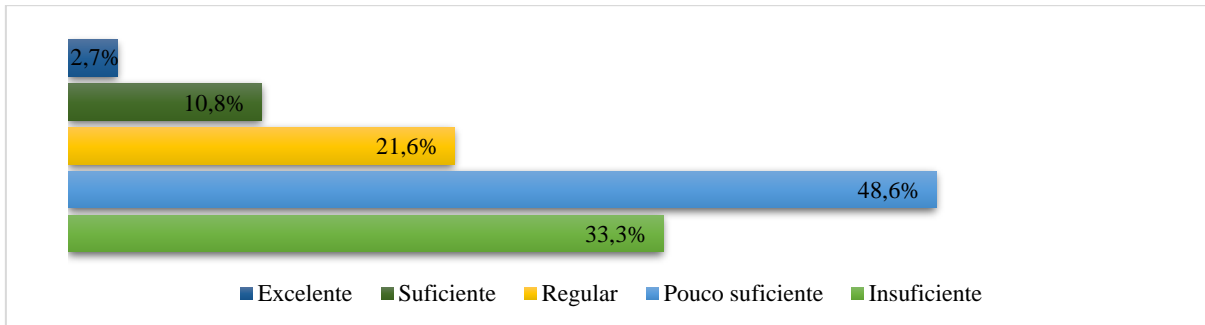


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 4 apresenta o nível de conhecimento dos profissionais contábeis que atuam no estado do Tocantins alcançados pelo estudo. Aqui observa-se que o nível de conhecimento sobre a NBC T 15 é muito baixo, ao todo 83,7% possuem conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre o tema, ressalta-se que a nenhum profissional apontou ter conhecimento suficiente ou excelente. Apesar da não obrigatoriedade da aplicação da NBC T 15, é importante que o profissional esteja esclarecido sobre tema, pois no cenário atual várias organizações já percebem a vantagem competitiva de se realizar investimentos de caráter ambiental e divulgar a contribuição que ela faz para preservação do meio ambiente e geração de riqueza no local em que está inserida.

O próximo questionamento foi sobre o nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social. Essa demonstração tem como finalidade informar aos *stakeholders* as ações de cunho social e também ambiental que a empresa vem realizando e permitem avaliar os efeitos das atividades empresariais no ambiente em que atuam. (MAZZIONI et. al. 2007). No Brasil essa demonstração não é de cunho obrigatório, porém orienta-se que seja elaborado, pois conforme Mazzioni et. al. (2007) o balanço social pode traduzir tais informações para o mercado, o que traduziu a emergência do *marketing* social. Daí a necessidade de que os profissionais contábeis dominem a elaboração desse demonstrativo. Apresenta-se então a seguir os dados obtidos para essa questão no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social

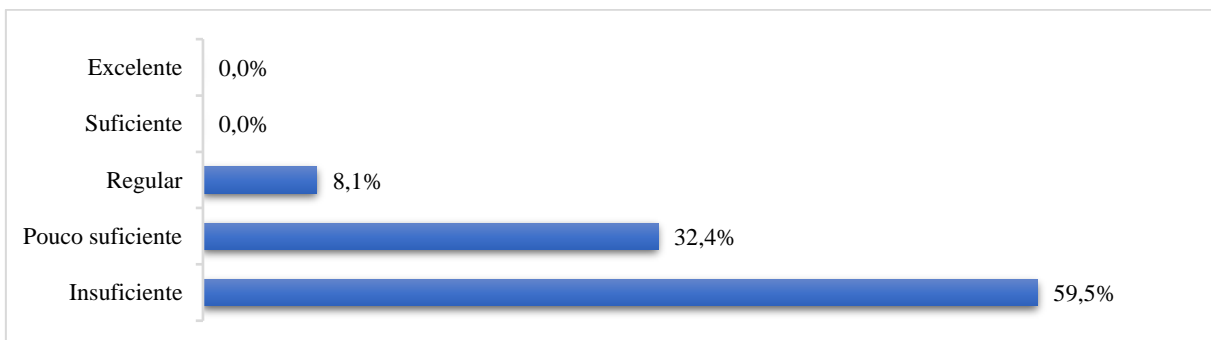


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observa-se no Gráfico 5 que a maior parte dos profissionais contábeis não possuem conhecimento suficiente para elaborarem o balanço social, nota-se que apenas 13,5% afirmam ter conhecimento excelente ou suficiente para elaboração do referido demonstrativo. Por outro lado, observa-se também que 81,9% dos profissionais afirmam não possuir conhecimento sobre o demonstrativo e apenas 21,6% ficam na posição regular, onde se traduz em profissionais que até conhecem a ferramenta, porém não dominam ao ponto de conseguirem elaborá-lo com clareza.

Os profissionais também foram indagados sobre seu nível de conhecimento a respeito dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental a norma CFC nº 1.288 de 2010 que aprova a ITG 13 que atualmente está na sua segunda revisão (R2). A finalidade dos fundos de desativação é segregar ativos para o custeio de desativação de fábricas ou determinados equipamentos ou mesmo reabilitação ambiental de alguma área afetada pela atividade operacional da organização, a contribuição para o fundo pode ser voluntária ou exigidas por regulamento ou lei. Os dados coletados na pesquisa estão dispostos no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Nível de conhecimento sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental (Resolução CFC N.º 1.288/10)

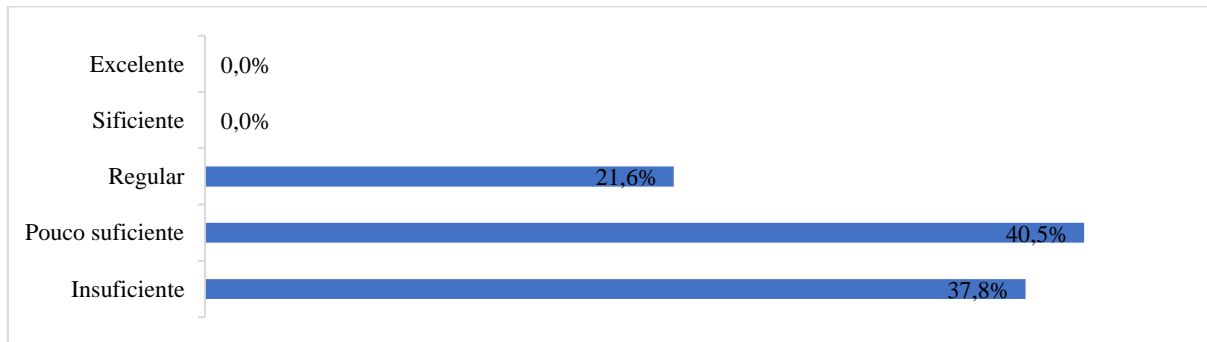


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os contadores pesquisados demonstraram possuir um baixo conhecimento sobre a norma, que como vemos no Gráfico 6 o percentual que afirma não ter conhecimento é de 91,5%, e apenas 8,1% afirmam ter conhecimento regular sobre o assunto. Nota-se que mesmo sendo uma norma de 2010 os profissionais contábeis do Tocantins ainda possuem pouco entendimento sobre o a mesma.

A pergunta a seguir mostra o nível de conhecimento dos contadores a respeito dos procedimentos de mensuração de gastos para gerenciar impactos ambientais causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente.

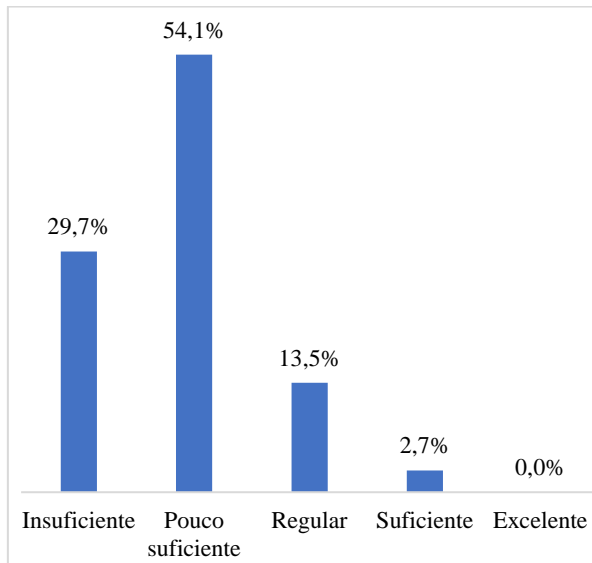


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O entendimento da contabilidade ambiental e sua aplicação permite ao profissional fazer os registros contábeis dos fatos ambientais, como investimentos na área ambiental, preservação e recuperação de áreas degradadas. Nota-se, porém que mais uma vez o conhecimento dos profissionais é muito baixo sobre o tema, 37,8% e 40,5% afirmam ter conhecimento insuficiente ou pouco suficiente respectivamente, somente 21,6% afirmam ter conhecimento regular.

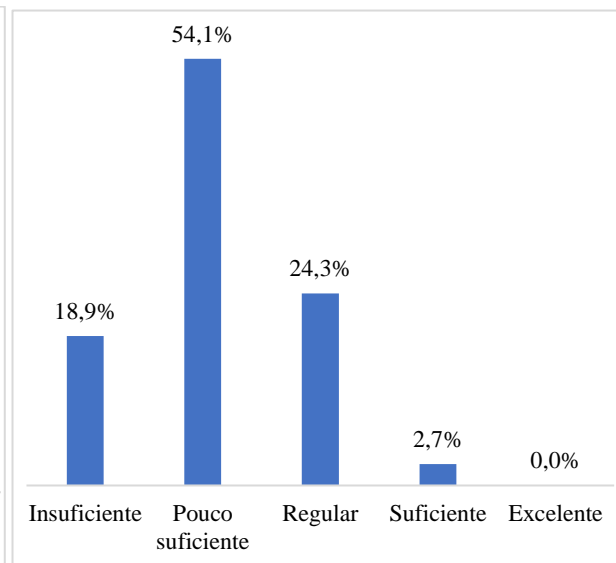
Os profissionais também foram questionados sobre o nível de conhecimento que possuem com relação aos registros de passivos e ativos ambientais realizados pela contabilidade dentro da organização. Foram perguntas separadas uma sobre ativo e outra sobre passivo, porém serão apresentadas em paralelo para melhor comparação (Gráfico 8 e 9).

Gráfico 9 - Nível de conhecimento sobre a mensuração de Passivos Ambientais



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 8 - Nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos Ativos Ambientais



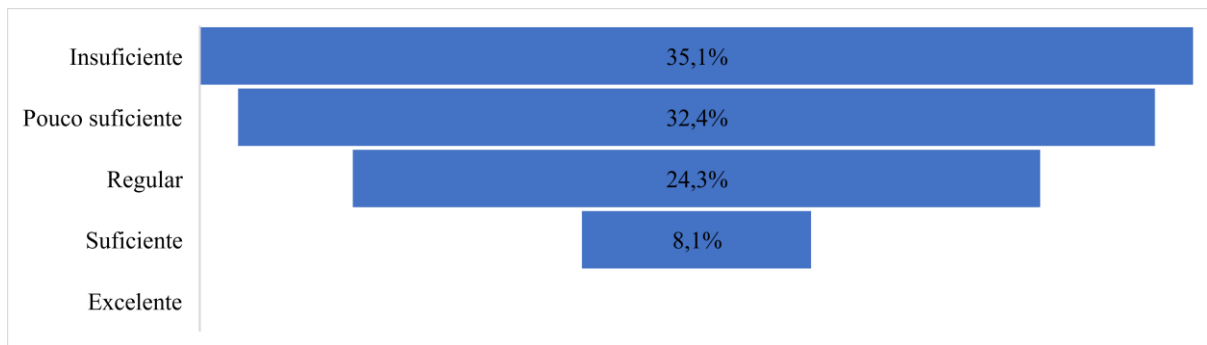
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando os Gráficos 8 e 9 é possível notar o baixo entendimento dos profissionais contábeis sobre as técnicas de mensuração de passivos e ativos ambientais, 83,8% afirmaram possuir conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre a mensuração de passivos, apenas 13,5% afirmaram possuir conhecimento regular e 2,7% conhecimento suficiente sobre o tema (Gráfico 8), o caso é parecido para a mensuração de ativos ambientais, onde 73% dos profissionais diz possuir conhecimento insuficiente ou pouco suficiente, 24,3% afirmam possuir conhecimento regular e apenas 2,7% conhecimento suficiente (Gráfico 9).

É interessante observar que alguns dos profissionais que antes afirmaram possuir conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre a mensuração de passivos ambientais afirmaram ter conhecimento regular na mensuração de ativos. Segundo Bergamini Junior o ativo e passivo ambiental possuem simetria inversa, ao afirmar que, “[...] ativo ambiental constitui o volume de gastos que se antecipa à apropriação dos custos e, por simetria inversa, o passivo ambiental constitui o volume de gastos que serão realizados no futuro, em função de custos já incorridos”. (BERGAMINI JUNIOR, 2000 p. 305). Note que essa definição traz ao entendimento que se o profissional não possui conhecimento sobre a mensuração de passivo ambiental, dificilmente possuiria sobre a mensuração do ativo ambiental, traduzindo-se em gráficos parecidos entre essas duas questões.

Os entrevistados também foram questionados sobre o nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas, as respostas coletadas então dispostas no Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 - Nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas

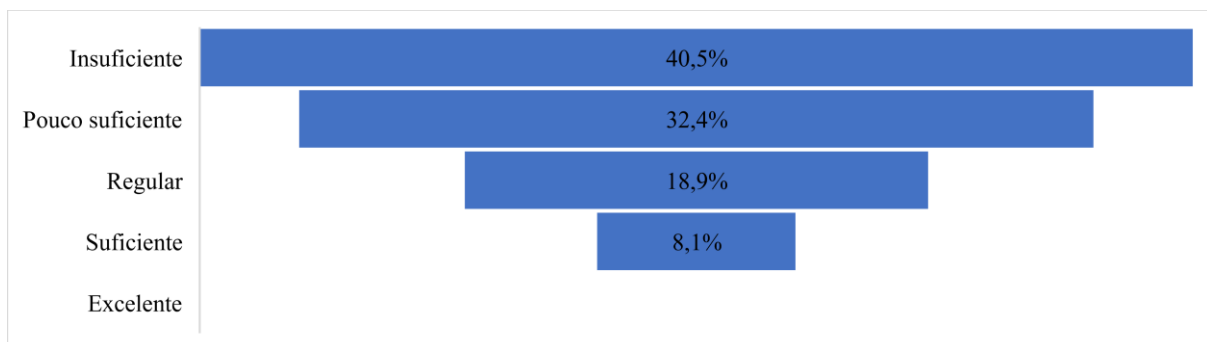


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observa-se que da mesma forma que as questões anteriores ficou evidenciado o baixo conhecimento dos profissionais a respeito da destinação, reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas, 67,6% afirmaram possuir conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre o tema, 24,3% afirmam possuir conhecimento regular e 8,1% afirmam possuir conhecimento suficiente.

Da mesma forma, os profissionais foram questionados sobre seu nível de conhecimento a respeito dos créditos de carbono conforme Gráfico 11.

Gráfico 11 - Nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono



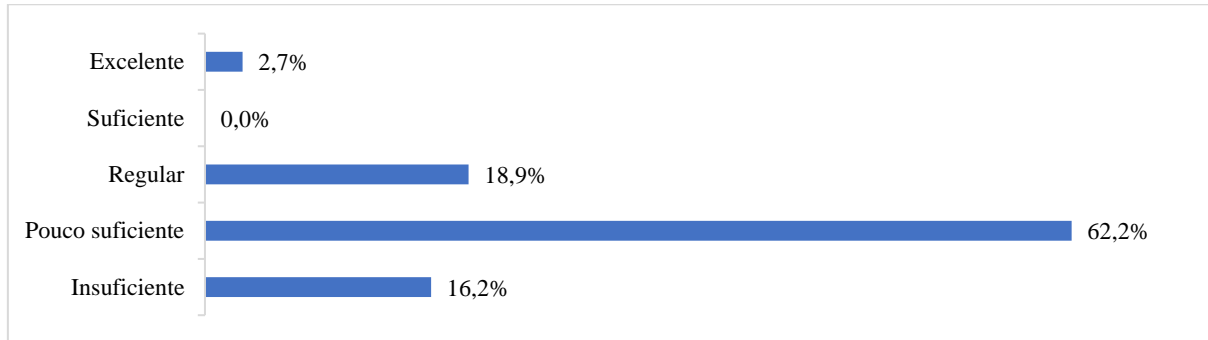
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No Gráfico 11 é possível ver que o conhecimento dos contadores do estado do Tocantins também é baixo sobre o funcionamento do mercado de créditos de carbono do qual possui a finalidade de reduzir a emissão do dióxido de carbono na atmosfera, note que 72,9% afirmam

ter conhecimento insuficiente ou pouco suficiente, 18,9% conhecimento regular e apenas 8,1% afirmam ter conhecimento suficiente sobre o tema.

Também foram questionados a respeito do ICMS Ecológico, observa-se no Gráfico 12 a seguir os resultados para essa questão.

Gráfico 12 - Nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS Ecológico

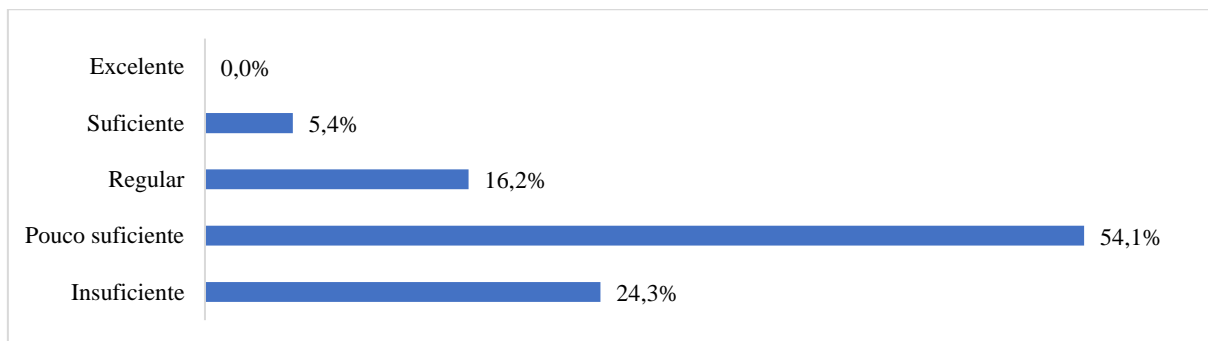


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Analisando o Gráfico 12 é possível ver que os profissionais que afirmam não possuir conhecimento a respeito do ICMS ecológico somam 78,4%, e 18,9% afirmam possuir conhecimento regular, apenas 2,7% diz possuir um excelente conhecimento sobre o assunto.

Ao serem questionados sobre as vantagens que a empresa pode obter pelo simples fato de possuir um sistema de gestão ambiental implantando e funcionando corretamente, os profissionais afirmaram possuir baixo entendimento sobre esse tema, apresenta-se no Gráfico 13 a resposta dos profissionais entrevistados.

Gráfico 13 - Nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / goodwill)

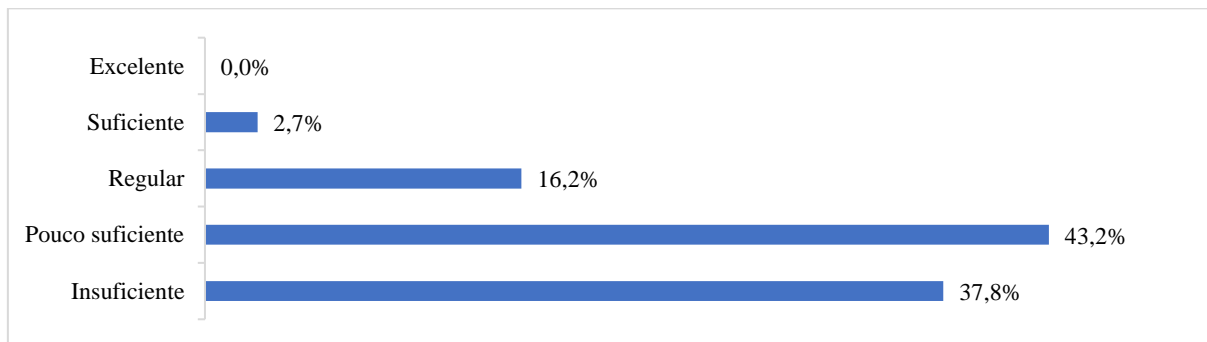


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Apenas 5,4% dos profissionais dizem ter conhecimento suficiente sobre as vantagens que uma organização pode ter graças as melhorias concretas do sistema de gestão ambiental, já 78,4% diz não conhecer essas vantagens e 16,2% afirmam ter um conhecimento regular sobre o assunto.

Foi solicitado aos profissionais para que também avaliassem seu nível de conhecimento sobre as normas da série ISO 14000 (Gráfico 14). As normas da série ISO 14000 dão diretrizes para implantação do sistema de gestão ambiental dentro da organização, o conhecimento dessas normas são fundamentais para implantação do sistema de gestão ambiental, e ainda na realização de auditorias que atestam a conformidade do sistema.

Gráfico 14 - Nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da Norma ISO 14000 (Norma de Certificação Ambiental)



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para questão apresentado no Gráfico 14, percebe-se que 81% dos profissionais afirmam possuir conhecimento insuficiente ou pouco suficiente, apenas 2,7% afirmam ter conhecimento suficiente e 16,2% afirmam ter conhecimento regular sobre esse tema.

Foram realizadas duas perguntas para os profissionais voltada a evidenciação das ações da empresa e o fornecimento de informações aos *stakeholders* à organização, a saber, a elaboração e divulgação dos relatórios integrados e os relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes da GRI. A Tabela 3 a seguir evidencia o nível de conhecimento dos profissionais sobre esses dois tipos de relatórios.

Tabela 3 - Nível de conhecimento sobre relatório integrado e relatório de sustentabilidade (GRI)

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
22. Qual seu nível de conhecimento sobre a elaboração e divulgação de Relatório integrado?	Excelente	2,7%
	Suficiente	2,7%
	Regular	18,9%
	Pouco Suficiente	32,4%
	Insuficiente	43,2
23. Qual seu nível de conhecimento sobre a elaboração e divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)?	Excelente	2,7%
	Suficiente	0,0%
	Regular	2,7%
	Pouco Suficiente	29,7
	Insuficiente	64,9

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar que mais uma vez os dados coletados demonstram um baixo conhecimento dos profissionais contábeis, com relação relatório integrado a Tabela 3 mostra que 75,6% dos profissionais afirmam possuir um conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre o tema, 18,9% diz ter conhecimento regular e apenas 5,4% afirma possuir conhecimento suficiente ou excelente. Já para os relatórios de sustentabilidade (GRI), 94,6% afirmam ter conhecimento insuficiente ou pouco suficiente sobre esse tipo de relatório, apenas 2,7% diz possuir conhecimento regular e 2,7% conhecimento excelente.

Na última pergunta foi solicitado ao entrevistado que fizesse uma avaliação sobre a contribuição da contabilidade ambiental para promoção da sustentabilidade e gestão ambiental dentro da organização. O Quadro 2 a seguir contém as observações dos profissionais entrevistados tais observações foram organizadas de acordo com a ordem cronológica das respostas, sendo enumeradas de 1 a 15.

Quadro 2 - Qual sua avaliação a respeito da contribuição da Contabilidade para promoção da sustentabilidade e gestão ambiental dentro das organizações

1 - A contabilidade pode demonstrar aos gestores por meio dos relatórios a responsabilidade ambiental das empresas e os impactos negativos e positivos que suas atividades podem causar no meio ambiente.
2 - Uma grande importância dentro do meio ambiente
3 - Importante
4 - Importantíssima

5 - A contabilidade pode atuar como uma espécie de prestadora de informação para subsidiar a tomada de decisão e melhorar a eficiência das empresas na diminuição do desperdício e consumo.
6 - Contabilidade como parte de tomadas de decisões e de gerenciamentos é de suma importância para a gestão ambiental, só que ainda é um tema pouco estudado e com poucas matérias nas grades curriculares das faculdades do país.
7 - A contabilidade pode promover uma integração nas informações e orientações quanto a implementação de estudos e ações capazes de evoluir o processo de melhor uso dos recursos naturais do nosso país e reaproveitamento de muitos materiais que poderiam ser reciclados em prol da economia e sustentabilidade.
8 - A contabilidade desempenha papel importante nesse processo, tendo em vista, que a sustentabilidade e gestão ambiental direcionará a empresa a ganhar mais destaque frente aos investidores, sociedade e concorrentes.
9 - Os valores da contabilidade na área são essenciais na mensuração dos valores e impactos que algumas empresas de forma direto afeta o ambiente natural...hoje o papel da contabilidade é tanto mensurar esses valores.
10 – Primordial
11 - Importante principalmente para atividades voltadas para o agronegócio
12 - Importante, porém a falta de informação sobre o assunto é algo muito evidente, as vezes até órgãos de fiscalização, prefeituras etc. não possuem conhecimento necessário para orientação.
13 - Não faz muito sentido a contabilidade atuar para minimizar impactos ao meio ambiente, para isso seria um profissional ambiental específico para tratar do gerenciamento empresarial ambiental. E não o contador.
15 - A contabilidade pode contribuir gerando informações para melhor gerir a organização para responsabilidade social e ambiental. considero-a como muito importante, porém de pouca disseminação das técnicas e ferramentas para auxiliar os contadores.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao analisar o ponto de vista dos profissionais por meio da questão disposta no Quadro 2, é possível visualizar que apesar de evidenciado nas perguntas anteriores o baixo entendimento do assunto a grande maioria possui a percepção de que a contabilidade tem muito a contribuir com a sustentabilidade. A maioria dos profissionais que deixaram sua opinião, concordam que a organização pode obter vantagens competitivas ao implantar um sistema de gestão ambiental, e que a contabilidade como principal fonte de informações pode contribuir para melhorias na relação empresa, meio ambiente e social, e além disso, conseguir uma máxima eficiência no seu processo operacional.

Porém esse pensamento não é uníssona entre os profissionais, veja por exemplo o posicionamento do contador de número treze (13), na sua opinião quem deve cuidar de assuntos ambientais é profissional da área específica e não o contador, mas veja, a contabilidade ambiental não trata do gerenciamento dos impactos ambientais causados pela organização, mas sim, da geração de informações que auxiliará a gerencia na garantia da preservação/recuperação

do meio ambiente, realizando registros que melhor traduzem os fatos contábeis de caráter ambiental com a finalidade de apresentar tais ações aos interessados na informação.

Os profissionais também concordam que existe pouco material em circulação relacionado a contabilidade ambiental e suas técnicas, isso somado com o baixo interesse do contador torna-se ainda mais difícil a sua disseminação e aplicação nas organizações empresariais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar que a contabilidade tem muito a contribuir com desenvolvimento sustentável das organizações, as informações geradas por ela podem auxiliar os gestores a agirem de forma mais assertiva no que tange a responsabilidade social e ambiental. Vários autores já enfatizam a importância desse ramo da contabilidade na evidenciação das políticas ambientais da organização e divulgação de suas práticas sustentáveis para seus *stakeholders*. Porém percebe-se ainda que existem muitos entraves que impossibilitam sua aplicação de maneira sólida e eficaz. E um desses entraves é justamente a falta de conhecimento dos profissionais contábeis relacionada as técnicas de evidenciação e mensuração dos fatos ambientais ocorridos dentro das organizações fruto da relação da organização com o meio em que está inserida.

Estudos como de Maciel 2009, Martendal 2012, Bonato 2012, Santos 2014, Silva 2014, Orso 2015 e vários outros mostraram que os profissionais contábeis em suas respectivas regiões possuíam um baixo conhecimento a respeito da contabilidade ambiental e suas técnicas. Este trabalho utilizou-se das técnicas aplicadas no estudo realizado por Alair Martendal no ano de 2012 nas cidades da grande Florianópolis, para verificar se essa tendencia se matinha também no estado do Tocantins, o qual buscou responder ao objetivo geral da pesquisa a saber, qual o nível de conhecimento dos profissionais contábeis do estado do Tocantins a respeito da contabilidade ambiental e suas especificidades? Sendo traçados para isso objetivos específicos para dar completude a interpretação dos dados coletados através dos questionários disponibilizado aos profissionais.

O primeiro objetivo específico foi apresentar aspectos conceituais da contabilidade ambiental e suas especificidades, sendo atendido por meio das pesquisas bibliográficas realizadas para construção do referencial teórico, onde foi apresentado conceitos da contabilidade ambiental na visão de vários autores e as particularidades desse novo ramo da ciência contábil que vem se desenvolvendo a cada dia através das grandes pressões exercidas pelos *stakeholders*. Compreendeu-se então que a contabilidade ambiental não se trata de uma nova ciência, mas sim de um ramo da contabilidade que se destina a evidenciar de forma adequada a relação das organizações com o meio ambiente através de técnicas para identificação e mensuração dos fatos contábeis que se relacionam com o meio ambiente, como os passivos, ativos, despesas e custos ambientais.

O segundo objetivo específico foi verificar o conhecimento dos contadores atuantes no Estado do Tocantins referente a contabilidade ambiental por meio da aplicação de questionário

estruturado. O questionário disponibilizado para os profissionais foi adaptado da pesquisa de Martendal (2012), sendo disponibilizado aos profissionais do estado para que respondessem de acordo com a percepção que possuíam de seu conhecimento a respeito de cada questionamento. Esse objetivo foi atendido de forma satisfatória, tornando possível a análise dos mesmos para cumprimento do objetivo geral.

O terceiro objetivo foi apresentar as vantagens e dificuldades da aplicação das técnicas da contabilidade ambiental dentro das organizações, o qual pode-se afirmar que também foi atendido por meio da realização de pesquisas bibliográficas em artigos, sites e monografias. Os resultados da busca foram apresentados em tópico específico no referencial teórico com a utilização de um quadro para apresentar as vantagens da contabilidade ambiental e também as dificuldades para sua implantação nas organizações. O atendimento a esse objetivo mostrou que são várias as vantagens da utilização da contabilidade ambiental dentro da organização, como por exemplo a redução de custos de produção, melhoria da imagem organizacional etc., porém segundo Silva (2009) ela só poderá existir se as empresas quiserem, pois, a sua utilização não é obrigatória como a contabilidade financeira (tradicional).

Contatou-se ao fim desse estudo que apesar da grande maioria dos profissionais pesquisados terem cursado a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental durante a formação, o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de ativos e passivos ambientais e sobre relatórios de sustentabilidade e balanço social são considerados insatisfatórios, esse mesmo cenário se repete para os demais questionamentos. Uma parte desse baixo nível de conhecimento se deve ao fato de ainda haver poucos materiais e eventos sobre o assunto e também pela falta de interesse do profissional que ainda não consegue visualizar essa área da contabilidade como algo promissor e rentável. Foi constatado também que apesar do pouco conhecimento dos profissionais a sua maioria compreende a importância da contabilidade ambiental e como ela pode ajudar os gestores na tomada de decisão na garantia de um ambiente favorável ao atendimento das necessidades das presentes e futuras gerações.

Como na maioria dos trabalhos, este estudo não está livre de limitações, as respostas obtidas por meio dos questionários são uma representação da avaliação pessoal e intrínseca de cada respondente sobre o tema, caracterizando subjetividade nas respostas. Gil (2002, p. 51) diz que “os levantamentos recolhem dados referentes à percepção que as pessoas têm acerca de si mesmas. Ora, a percepção é subjetiva, o que pode resultar em dados distorcidos”. Outra limitação da pesquisa pode ser o constrangimento do entrevistado em dizer que possui baixo ou nenhum conhecimento sobre determinado assunto, nesses casos não foram realizados nenhum

tipo de verificação quanto a veracidade da afirmação do respondente. A pesquisa ainda possui como limitação, a interpretação dos dados pelo pesquisador.

Para trabalhos futuros sugere-se que seja utilizado das mesmas técnicas desse trabalho para aplicação em um número maior de profissionais ou que seja realizado em uma região específica do estado do Tocantins, ou em outros estados para que sejam feitas comparações entre os níveis de conhecimento dos profissionais contábeis. Outra sugestão é realizar uma pesquisa junto aos gestores de empresas com sistema de gestão ambiental implantado afim de identificar os ganhos reais para empresa na percepção dos próprios gestores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. A.; SANTOS, R. S.; CEZAR, J. F. Contabilidade ambiental: nível de conhecimento dos profissionais da área contábil de Itaperuna. **Revista Transformar**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1. 2015. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/48> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 23:59.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastian. Contabilidade e Risco Ambiental. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 97-116, jun. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17021> Acessado em: 23 de fev. 2021 as 22:17.
- BONATO, Ariane. **Contabilidade ambiental: um estudo baseado no conhecimento do contador e na aplicabilidade nas empresas metalúrgicas de Caxias do Sul – RS**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1670> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 14:27.
- BOTH, F.; FISCHER, A. Gestão e Contabilidade Ambiental. **Unoesc & Ciência**, ACSA Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 49-57, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235125126.pdf> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 15:20.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988, art. 225. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_225_.asp Acessado em 16 de maio de 2021 as 22:20.
- BRASIL. Lei 6.404 de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm Acessada em: 14 de abril de 2021 as 22:15.
- BRASIL. Lei 6.938 de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acessado em: 16 de maio de 2021 as 22:02.
- BRASIL. Lei 9.605 de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm Acessado em: 16 de maio de 2021 as 21:56.
- CAVALCANTE, Gesualdo Meneses et al. Contabilidade Ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em ciências contábeis da cidade de Maceió (AL). **Revista Mineira de Contabilidade**. v. 18, n. 3, p. 40-51, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/704> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 22:01.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. CPC 00 (R2) Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> Acessado em: 06 de maio de 2021 as 21:37.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. NBC T 15. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf Acessado em: 13 de abril de 2021 as 21:20.

Estado do Tocantins Secretaria da Fazenda – Conselho Especial para Elaboração do Índice de Participação dos Municípios – CEIPM-ICMS. Disponível em: http://www.sefaz2.to.gov.br/IPM/IPM_2007/ManualIPM2007.htm Acessado em: 15 de maio de 2021 as 20:58.

FEIL, Alexandre André et al. Análise do nível de conhecimento do profissional contábil acerca da contabilidade ambiental e suas variáveis intervenientes. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 1, p. 223-245, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewArticle/2901> Acessado em: 29 de maio de 2021 as 14:30.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. Uma informação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 148 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341254989_Contabilidade_Ambiental_-_uma_informacao_para_o_desenvolvimento_sustentavel_3a_edicao Acessado em: 13 de abril de 2021 as 23:15.

FIESP – Federação das Indústrias no Estado de São Paulo. **ISO 14001:2015**: Saiba o que muda na nova versão da norma. São Paulo. FIESP. 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=198712> Acessado em: 15 de maio de 2021 as 21:45.

FLORES, J. A.; FLORES, C. R.; COSTA, G. B. Contabilidade ambiental: Implantação e implementação no cenário brasileiro. **Revista Espacios**. v. 38, n. 53, p. 18, 2017. Disponível em: <http://www.2.9.revistaespacios.com/a17v38n53/a17v38n53p18.pdf> Acessado em: 06 de maio de 2021 as 22:23.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W. N. Contabilidade Ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 1, n. 2, p. 65-81, set./dez. 2011. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/29> Acessado em: 23 de fev. 2021 as 11:53.

Fundação Universidade Federal do Tocantins. Sistemas de Bibliotecas. **Manual de normatização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins** / UFT, Sisbib. – Palmas, TO: UFT, 2017. 101 p.

Fundação Universidade Federal do Tocantins. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 07 de 15 de abril de 2015**. Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Contábeis (Câmpus de Palmas). Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/kumvAHd2QEKemTqC9BVuBA> Acessado em: 30 de nov. de 2021 as 23:15.

GARCIA, R. S. M.; OLIVEIRA, D. L. Contabilidade Ambiental: História e Função. **Gestão & Tecnologia**. Faculdade Delta, Edição I, nov. 2009. Disponível em:

http://www.faculdedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 11:55.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GUIMARÃES, C.; VIANA, L. S.; COSTA, P. H. de S. Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão. In: **C@LEA – Cadernos de Aulas do LEA**. n. 4, p. 94-104, Ilhéus – BA, nov. 2015. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev4_artigo7.pdf Acessado em: 15 de maio de 2021 as 20:13.

INSTITUTO ETHOS. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/1Diretrizes.pdf> Acessado em: 17 de jul. de 2021 as 16:46.

_____. **Indicadores Ethos**. São Paulo. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/> Acessado em 16 de maio de 2021 as 12:57.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental: O passaporte para a Competitividade. **CRCSC&Você**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-40, dez. 2001 – mar. 2002. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/971/907> Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 11:44.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Princípio da política nacional de resíduos sólidos. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. v. 24, n. 7, p. 25-33, jul. 2012. Disponível em: <https://xdocs.cz/doc/artigo-2-topico-2-xn4k26qxr3oj> Acessado em 16 de maio de 2021 as 00:56.

MACIEL, Maria Carolina. et al. Um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Vol. 6, nov. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2009v6n11p137/11608> Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 11:46.

MACIEL, Morgana. **Contabilidade Ambiental: estudo sobre a aplicação da contabilidade ambiental nas empresas de beneficiamento de arroz nos municípios da AMESC**. 2014. 62. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2696/1/Morgana%20Maciel.pdf> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 14:27.

MARTENDAL, Alair. **Contabilidade Ambiental: Nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 79 p. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121001/295837.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 15:39.

MATSUBARA, André Takeshi. **ICMS ecológico e a conservação de áreas protegidas no Estado do Tocantins: um enfoque nas terras indígenas**. 2017. 120. Dissertação (Mestrado

Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ecologia de Ecótonos, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/416/1/Andr%c3%a9%20Takeshi%20Matsubara%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf> Acessado em: 15 de maio de 2021 as 21:27.

MENDES, Fernando Bernardo. **A contabilidade ambiental: conceitos e concepções metodológicas**. 2010. 75f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

MENESES, Afonso Henrique Novais et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE, 2019. 83 p. 1 Livro digital.

MOTA, M. O.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: Sustentabilidade ou camuflagem? **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v. 10, n. 1, p. 69-80, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2013.101.06/1350> Acessado em: 17 de jul. de 2021 as 14:12.

MOTTA, R. S. (1998) **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 216p. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf> Acessado em: 10 de out. de 2021 as 15:10.

MOURA, A. M. M. O Mecanismo de Rotulagem Ambiental: Perspectivas de Aplicação no Brasil. **Repositório do conhecimento ipea - boletim regional, urbano e ambiental**. n. 7, jan./jun. 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5655/1/BRU_n07_mecanismo.pdf Acessado em: 13 de nov. de 2021 as 18:48.

NOBRE, Tamara Gonçalves. **Contabilidade ambiental: o grau de conhecimento dos contadores do Cone Sul do Estado de Rondônia**. 2018. 24. Trabalho de conclusão de curso (Graduação Ciências Contábeis) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2018. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2342/1/edited_TCC%20Tamara%20Nobre.pdf Acessado em: 19 de maio de 2021 as 20:36.

ORSO, Tatiane Mileidi. Análise do nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental dos contabilistas de Teutônia. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, maio 2015. Disponível em: <https://www.gnuteca.univates.br/bdu/bitstream/10737/829/1/2015TatianeMileidiOrso.pdf> Acessado em: 13 de abril de 2021 as 14:05.

OTTOMAN, J. **The new rules of green marketing: strategies, tools, and inspiration for sustainable Branding**. San Francisco: Barrett- -Koehler Publishers, 2011. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781351278683/new-rules-green-marketing-jacquelyn-ottman> Acessado em: 10 de out. de 2021 as 02:15.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico]. 1 ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 119 p. 1 e-book.

PFITSCHER, Elisete, D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.**

Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87358/208500.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 10 de out. de 2021 as 02:26.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

Resolução CONAMA 237 de 1997. Disponível em:

<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html> Acessado em: 15 de maio de 2021 as 21:30.

RIBEIRO, Jeniffer Alves. **Contabilidade Ambiental: um estudo sobre o conhecimento dos estudantes e profissionais de contabilidade da cidade de Santana do Ipanema – AL.**

2018. 78. Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em Ciências Contábeis) –

Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3396> Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 13:15.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. Uma Reflexão Sobre as Oportunidades para a Contabilidade Ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 4-17, out. 2012. Disponível em:

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/1398/1288>

Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 11:49.

SANTOS, Adalto de Oliveira. Contabilidade Ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI**. v. 16, n. 27, p. 89-99, set./dez. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcf/a/W7jKFLG5w6MqkLnw4mZQFKq/abstract/?lang=pt> Acessado

em: 13 de abril de 2021 as 23:50.

SHMIDT, P.; GASS, J. M. Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. **Ci & Tróp.** Recife, v. 42, n. 2, p. 71-98, 2018.

SILVA, Angelita Freitas et al. Associação entre renda familiar e a percepção dos consumidores sobre as estratégias de marketing verde. **Revista de Administração Faces Journal**. Belo Horizonte. v. 19, n. 1, p. 104-118, jan./mar. 2020. Disponível em:

<http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/6826> Acessado em: 15 de maio de 2021 as 16:38.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade Ambiental: Sob a ótica da Contabilidade Financeira**. Curitiba: Juruá, 2009. 344p.

SILVA, Elissandra dos Santos. **Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de campina grande – PB acerca da contabilidade ambiental**. 2016. 21. Trabalho de conclusão de curso (curso de Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11850/1/PDF%20-%20Elissandra%20dos%20Santos%20Silva.pdf> Acessado em: 13 de abril de 2021 14:25.

SILVA, J. C. S.; Rios, R. P. Contabilidade Ambiental: O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/administracao/v5_n1_2014/Julio_Cesar.pdf Acessado em: 23 de fev. de 2021 as 11:42.

TEODOSIO, A. S. de S.; Barbieri, J. C.; Csillag, J. M. Sustentabilidade e competitividade: novas fronteiras a partir da gestão ambiental. **Revista Ibero Americana de Estratégia**. Universidade Nove de Julho, São Paulo. v. 5, n. 1, p. 37-49, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227107004.pdf> Acessado em: 15 de maio de 2021 as 19:19.

Veja os principais benefícios da contabilidade ambiental: **J.F. GRANJA CONTABILIDADE**, 2020. Disponível em: <https://blog.jfgranja.com.br/contabilidade-ambiental/> Acessado em: 20 de nov. de 2021 as 14:55.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, reimp. 2013. 134 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS**”, sob a responsabilidade do pesquisador **William Luis Lima da Silva**, a qual pretende **verificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis do estado do Tocantins acerca da contabilidade ambiental**.

A necessidade dessa pesquisa surge das grandes mudanças que vivemos atualmente no que diz respeito a responsabilidade socioambiental das organizações, o contador por ser peça fundamental na apresentação da organização aos stakeholders precisa estar atento as mudanças nas formas de evidenciação dessa responsabilidade organizacional sendo ela através da utilização de registros contábeis de caráter ambiental ou na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A sua participação é voluntária e se dará por meio das **respostas ao questionário a seguir, contendo perguntas sobre sua formação acadêmica, seu contato com o tema contabilidade ambiental e seus conhecimentos nessa área**. Caso esse procedimento gere algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para o processo de formação acadêmica, incentivo à pesquisa acadêmica e auxílio na constatação da relevância do tema para área contábil no estado do Tocantins, contribuindo também para o aumento do interesse dos profissionais para área da contabilidade ambiental no que diz respeito a sua relevância para o cenário atual.

Os riscos decorrentes da pesquisa podem ser constrangimento ao responder as perguntas, quer seja em relação a informações pessoais, quer sejam em relação ao conhecimento específico da área, posto os objetivos da pesquisa. Todavia, a fim de mitigar tais riscos, o anonimato dos respondentes é assegurado. Além disso, uma vez que o questionário será enviado via link, não se tem acesso a quem respondeu, exceto nos casos em que o respondente inserir seu e-mail para acesso aos resultados. Os participantes poderão reportar possíveis constrangimentos em relação as perguntas para que sejam reformuladas.

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados inserindo o seu e-mail ao final do questionário (em campo destinado) ou através do e-mail: williamluis@mail.uft.edu.br.

O (a) Sr. (a) poderá solicitar esclarecimentos ou assistência através do e-mail.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, **mas sua identidade não será divulgada**, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone (63) 98512-2639 ou pelo e-mail williamluis@mail.uft.edu.br. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do

Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

_____, _____, de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO

Questionário adaptado de Martendal (2012).

Perfil do profissional contábil e a sua percepção quanto a contabilidade ambiental:

1. Idade:
.....
2. Sexo:
 Masculino
 Feminino
3. Cidade/Estado:
.....
4. Tempo de atuação na área contábil (em anos):
 0 a 5 anos
 5 a 10 anos
 10 a 15 anos
 15 a 20 anos
 mais de 20 anos
5. Em que ano concluiu a sua graduação?
.....
6. Formou-se em instituição de ensino:
 Particular
 Pública
7. Cursou disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental:
 Sim
 Não
8. Já participou de eventos, como palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental.
 Sim
 Não
9. Já leu ou teve contato com materiais, livros, revistas, etc. na área de contabilidade ambiental:
 Sim
 Não

Avalie o grau de conhecimento sobre os temas apresentados nos questionamentos a seguir, selecionando a melhor alternativa, segundo os conhecimentos que o(a) senhor(a) possui:

10. Quais das ferramentas de gestão ambiental o(a) senhor(a) conhece? Obs. Nesta questão pode ser selecionada mais de uma opção ou nenhuma.
 SGA – Sistema de Gestão Ambiental
 EA – Estudos Ambientais

- ACV – Avaliação do Ciclo de Vida
 - EIA – Estudos dos Impactos Ambientais
 - RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
 - RA – Rotulagem Ambiental
 - GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais
 - EAE – Educação Ambiental Empresarial
11. Qual seu nível de conhecimento a respeito da NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
12. Qual o seu nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
13. Qual o seu nível de conhecimento sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental (Resolução CFC N.º 1.288/10)?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
14. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito dos procedimentos da mensuração de gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
15. Qual o seu nível de conhecimento sobre a mensuração de Passivos Ambientais?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
16. Qual o seu nível de conhecimento sobre os registros na contabilidade dos Ativos Ambientais?
- Insuficiente

- Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
17. Avalie o seu nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
18. Qual o seu nível de conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
19. Qual o seu nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade da política pública do ICMS Ecológico?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
20. Avalie o seu nível de conhecimento sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental (marketing / goodwill).
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
21. Qual o seu nível de conhecimento a respeito do processo de implementação da Norma ISO 14000 (Norma de Certificação Ambiental)?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
22. Qual seu nível de conhecimento sobre a elaboração e divulgação de Relatório integrado?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente

23. Qual seu nível de conhecimento sobre a elaboração e divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)?
- Insuficiente
 - Pouco suficiente
 - Regular
 - Suficiente
 - Excelente
24. Qual sua avaliação a respeito da contribuição da Contabilidade para promoção da sustentabilidade e gestão ambiental dentro das organizações?

.....